



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 21/12/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 43

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- José Luís Marques de Sousa;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora **Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho** comunicou em 16/12/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre 14 de dezembro de 2018 (inclusive) e 31 de dezembro de 2018 (inclusive), pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que durante a sua ausência, e em todas as suas funções enquanto Vereadora, será substituída pelo candidato imediatamente a seguir na lista da CDU – Coligação Democrática Unitária, Álvaro Miramar Botas Letra, que por carta datada de 21/12/2018 também comunicou a impossibilidade de estar presente, sendo assim substituído pelo candidato imediatamente a seguir, **Sr. José Luís Marques de Sousa**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Joaquim Santos da Silva – pretende ser esclarecido sobre o pagamento das taxas referentes ao processo de ampliação/construção de mais um posto de lavagem automóvel em funcionamento na Rua do Pero Neto, nº 1 - Marinha Grande, processo nº 245/2018, registo nº 2207/2018.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação de adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOURARIA

2. Resumo de Tesouraria do dia 17 de dezembro de 2018
3. Abertura de conta bancária – APA - Regularização fluvial

APROVISIONAMENTO

4. P.A. N.º 105/2018-AP/DISU – *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”* - Adjudicação
5. *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”*. Adjudicação

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

6. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso público n.º 15/2018 - Adjudicação
7. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG – Parte 04” - Concurso público n.º 01/2018 – Aprovação de Trabalhos Complementares

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

8. Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 – P.A. n.º 11/2017 - Aprovação do Projeto de Execução
9. Ampliação da Rua do Cortiço – P.A. n.º 10/2017 - Aprovação do Projeto de Execução
10. Requalificação da Rua da Portela – P.A. n.º 11/2017 - Aprovação do Projeto de Execução
11. Ciclovia entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal – P.A. n.º 10/2017 - Aprovação do Projeto de Execução
12. “Projeto de Reabilitação Integral de Edifício para Apoio aos Equipamentos Instalados no Património Stephens ” - Aprovação do Anteprojeto
13. “Projeto de Reabilitação do Espaço Público no Bairro Municipal de Casal de Malta” - PA N.º 22/2018 - Aprovação do Projeto de Execução

GESTÃO URBANÍSTICA

14. Req.º nº 1910/18, datado de 22/10/2018 - Proc.º nº 210/18, datado de 01/06/2018 - Matias-Indústria de Moldes e Plásticos, Lda
15. Req.º nº 1960/18, datado de 29/10/2018- Proc.º nº 463/18, datado de 29/10/2018 - Sun Yong e Ye Zhengli
16. Req.º nº 1719/18, datado de 26/09 - Proc.º nº 400/18, datado de 26/09 - Lídia Maria Grilo Dionísio Martins
17. Req.º nº 2195/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 523/18, datado de 07/12/2018 - Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda
18. Req.º nº 2197/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 524/18, datado de 07/12/2018 - Summercaravel, Lda.
19. Req.º nº 2241/18, datado de 13/12/2018 - Proc.º nº 530/18, datado de 13/12/2018 - SOCREBEL Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda
20. Req.º nº 1889/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º nº 522/16, datado de 23/12/2016 - Pereira Coelho - Transportes de Mercadorias Lda
21. Req.º nº 2013/18, datado de 07/11/2018 - Proc.º nº 104/17, datado de 27/03/2017 - João Paulo Cerejo Fernandes
22. Req.º nº 2116/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º nº 498/18, datado de 22/11/2018 - Isilda da Encarnação Ferreira Santos Pego
23. Req.º nº 1739/18, datado de 26/09/2018 - Proc.º nº 403/18, datado de 26/09/2018 - Florindo de Jesus Pereira dos Santos
24. Req.º nº 2245/18, datado de 14/12/2018 - Proc.º nº 71/17, datado de 24/02/2017 - Luís Manuel Rino Matias
25. Req.º nº 1843/18, datado de 11/10/2018 - Proc.º nº 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques
26. Req.º nº 2083/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º nº 528/17, datado de 24/11/2017 - Cecília da Conceição de Sousa e Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues
27. Req.º nº 860/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º nº 163/18, datado de 04/05/2018 - Maria Fernanda de Oliveira Coelho e Deolinda Maria Rodrigues Pereira
28. Req.º nº 2201/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 226/14, datado de 25/06/2014 - Vítor José Ricardo Leal
29. Req.º nº 2209/18, datado de 10/12/2018 - Proc.º nº 698/2018, datado de 10/12/2018 - Cátia Vanessa Osório de Almeida Monteiro
30. Req.º nº 2211/18, datado de 10/12/2018 - Proc.º nº 231/18, datado de 20/06/2018 - Farmi, Reparações, Lda.
31. E/9961/2018: Reclamação de Ruído - Sequência Criativa - Componentes Para a Indústria, Lda., Rua Álvaro Cunhal, nº 22, Marinha Grande - Determinação da Composição da Comissão de Vistorias
32. Req.º nº 2222/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º nº 703/2018, datado de 11/12/2018 - Armando José Oliveira Neto
33. Req.º nº 2221/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º nº 702/2018, datado de 11/12/2018 - Condomínio do Prédio sito na Rua Professor Virgílio de Moraes nº 4 e Parque de Estacionamento
34. E/8648/2018 - Denúncia de restaurante a funcionar em más condições para a saúde pública - determinação da realização de vistoria.
35. E/11406/2018 - Pedido de ocupação de espaço público para passagem de cabo de fibra óptica em infraestruturas existentes - MEO, S.A.
36. E/10825/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.
37. E/10434/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

38. Req.º nº 1869/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 183/14, datado de 30/05/2014 - Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC)
39. Req.º nº 2219/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º n.º 256/18, datado de 04/07/2018 - TECNIMOPLAS - Indústria Técnica de Moldes, Lda

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

40. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. 1.º trimestre de 2019
41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural: STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Comemorações do 18 de janeiro de 1934.
42. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente
43. Proposta de Protocolo de Parceria entre os Municípios de Leiria e Marinha Grande - Rede Cultura 2027

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

44. Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS, que tem como objeto o reforço de meios humanos da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande

ATIVIDADE FÍSICA

45. Candidatura para apoio ou benefícios a conceder a entidades desportivas, análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Sporting Clube Marinhense
46. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Grupo Desportivo “Os Vidreiros”
47. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Desportivo Moitense
48. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sporting Clube Marinhense
49. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - EAS Academia de Futebol da Marinha Grande
50. Atribuição de apoio – Grupo Desportivo Casa Águia Competição - Participação em provas de pesca desportiva
51. Atribuição de apoio – Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para Todos”
52. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Industrial Desportivo Vieirense
53. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Centro Social Paroquial Vieira de Leiria
54. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Clube Desportivo Moitense
55. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sporting Clube Marinhense - Patrocínio desportivo.
56. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sporting Clube Marinhense - Obras de conservação e reabilitação de instalações.

57. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza desportiva em 2019. Sport Operário Marinhense - Torneio de xadrez Memorial Dr. José Vareda
58. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza desportiva - Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º Janeiro - Torneio de ténis de mesa em 2019
59. Atribuição de apoio ao piloto de ralis Rafael Cardeira para efeitos de participação no Campeonato de Portugal de Ralis.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

60. Transferência habitacional dos inquilinos da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 4º frente esq para a fração correspondente ao bloco L, 3.ºdto, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.
61. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado da inquilina residente na Rua da Charnequinha, bloco 46 r/c esq- Moita, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.
62. Transferência habitacional da inquilina da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 3ºdto frente para a fração correspondente ao bloco L, 3.º drt frt, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade- revogação.
63. Transferência habitacional da inquilina da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 3ºdto frente para a fração correspondente ao bloco L, 3.º drt frt, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.
64. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Avenida da Liberdade, bloco M 3.ºesq- Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. Joaquim Santos da Silva – pretende ser esclarecido sobre o pagamento das taxas referentes ao processo de ampliação/construção de mais um posto de lavagem automóvel em funcionamento na Rua do Pero Neto, nº 1 - Marinha Grande, processo nº 245/2018, registo nº 2207/2018.

A **Sr.ª Presidente** respondeu que a taxa está prevista no Regulamento e o seu valor elevado visa desincentivar este tipo de indústria naquela zona, devido ao consumo de água. Referiu que já falou com a Chefe da Divisão para se verificar se há alguma hipótese no Regulamento de taxar de outra forma, uma vez que o Sr. Joaquim terá que fazer cedências para passeios. Informou ainda que agora mesmo poderá ir falar com a Dr.ª Inês Marrazes, que está disponível para o atender.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.^a Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Lembrou que se tinha combinado que as respostas aos e-mail's dos munícipes seriam dadas a conhecer aos Vereadores. Como não foi feito, perguntou se já foi respondido, e como, o seguinte:
 - Cafetaria D'Arte (e-mail de 16 de dezembro);
 - Edifício Veneza (e-mail's de 25 de novembro e 17 de dezembro);
 - Sr.^a Sara Pêcego (e-mail de 13 de dezembro).
- Av.^a João Beare – há um novo alerta de um munícipe sobre o excesso de velocidade.
- Alerta que lhe chegou: as árvores do denominado parque da Mobil estão com grandes braças e os camiões batem nelas. Se houver danos a CMMG assume os custos?
- Lixo em S. Pedro – não concorda absolutamente nada que se diga que a limpeza é da responsabilidade da Junta de Freguesia. A cláusula 9 do Acordo de delegação de competências não contempla a situação do lixo doméstico, que é da responsabilidade da Câmara Municipal.
Pedi que a situação do lixo que se acumula há dois meses seja resolvida, a bem da saúde pública.
- Terminou a intervenção desejando a todos Boas Festas.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

- *Desejo a todos Boas Festas.*
- *Venho propor que, à semelhança do que o município de Leiria fez, a CMMG tome a iniciativa de suportar as obras de reconstrução nos wc's dos concessionários da Praia da Vieira, lesados pela tempestade Leslie.*
Os WC's destes apoios de praia prestam um serviço público, 95% das pessoas que os frequentam são pessoas que estão a fazer praia e recorrem a estas esplanadas, não vão nem aos WC's públicos nem aos locais onde estão instalados, vão a estes concessionários e a maior parte deles nem consomem nada. Segundo orçamento que tivemos acesso, esta construção ronda os 82.000€ e prevê o fornecimento e aplicação de equipamentos sanitários, assim como estrutura, revestimentos, infraestruturas, acabamentos, caixilharia, carpintaria e arranjos exteriores como seja fornecimento e assentamento de deck exterior na zona de acesso às áreas públicas. Por outro lado, e neste seguimento de serviço público, proponho que passe a ser a CMMG a suportar as contas da água dos concessionários, pelos motivos já referidos. Proponho que se coloque à votação nesta reunião de camara esta proposta.
- *Ponto de situação escola primária dos Outeiros, quando temos processo dos 3 candidatos para se decidir esta atribuição? Se já existem as 3 candidaturas porque é que vamos chegar ao fim de 2018 sem esta situação resolvida?*

- *Na última reunião deixei a proposta para se alocar segurança para passagem de ano nas nossas praias, e uma vez que a Sra. presidente não respondeu na reunião passada venho reforçar este tema novamente.”*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

- Apresentou a todos Votos de um Santo Natal e um Próspero Ano Novo.
- Questionou a razão de esta reunião ordinária não estar a ser transmitida em livestream.
- Sobre a intervenção do munícipe, referiu que ele veio reforçar aquilo que tem dito: as taxas estão desajustadas. Se estão no regulamento que se alterem os regulamentos, para que a situação se altere para todos, porque é um assunto transversal. Deixou esta sugestão.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. FELICITAÇÕES

- a) *Felicitar a equipa de basquetebol do SCM sub-18 por se terem sagrado campeões distritais*
- b) *Felicitar o jovem marinhense Gustavo Gomes, do Clube de Atletismo da Marinha Grande, por se ter sagrado campeão distrital de marcha em estrada.*

2. MUNÍCIPES

É meu dever questionar sobre problemas que os munícipes que dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para dar lhes conhecimento.

2.1 Cafeteria D’Arte

O inevitável aconteceu, a Cafeteria D’Arte vai fechar.

Os responsáveis da Cafeteria D’Arte (Pinus Pinaster) desde 2015 que vinham tentando uma solução com a Câmara para resolver o problema.

O mail que agora recebemos tem muito bem descrito tudo o que aconteceu. A renda desta concessão foi com base em pressupostos que nunca se vieram a concretizar. Desde o início tardio da abertura ao cinema (2 anos após a abertura da Cafeteria); a impossibilidade de consumir dentro da sala (snacks ou pipocas p.e.); a média de 3 a 4 pessoas em cada sessão de cinema, quando não está anunciado e depois verifica-se que está mesmo fechada. Dizem estes empreendedores que a Câmara não lhes comunicava a realização de qualquer espetáculo, e desse modo, como podiam preparar-se?

Devido a esta reduzida atividade a Cafeteria D’arte não foi rentável, e a Câmara sabe bem disso, pois recebeu as contas e balanços da empresa.

Mas a Câmara nunca deu uma resposta, e a empresa foi acumulando dificuldades financeiras e deixou de pagar a renda.

Agora que vai fechar, e em desespero, a Cafeteria D’Arte oferece a única coisa que tem, o equipamento e o mobiliário, que foi o investimento inicial e avalia em 20.000€.

Pedem uma resposta até 28 de dezembro, de modo a retirar tudo o que lá têm (ou não).

Se esta Câmara, perante situações semelhantes de dificuldades financeiras de concessionários, decidiu reduzir o valor das rendas (Ex. Poeiras Glass e Café Bambi), qual a razão por que a este concessionário, nem uma resposta lhe deram?

*E não foi por o problema ter vindo do anterior executivo, porque a Sra. Presidente conhecia bem este assunto e eu já aqui falei por diversas vezes. Esta Câmara para além de não responder aos seus parceiros, tem dois pesos e duas medidas.
Que solução tem a Sra. Presidente? Este problema tem de ficar resolvido hoje, aqui na reunião.*

- 2.2 *A munícipe Sara Pecego, enviou um mail com fotos das bermas e ausência de passeios na Rua das Cavadas na Pedrulheira. Recordo que esta rua tem muito trânsito de camiões, que vêm do Santos Barosa, e por isso é extremamente perigosa. A munícipe refere que o seu pai foi vítima de uma queda e pede que lhe respondam o que pensam fazer.
Já foi respondido à munícipe? O que lhe foi dito?*

- 2.3 *Edifício Veneza:*

Já responderam aos munícipes? Tinham 10 dias pelo CPA.

Já fizeram a reunião que os munícipes solicitam?

Já limpam a vala para evitar novo entupimento?

- 2.4 *Um munícipe morador na Rua das Portas Verdes, Nº 11, em frente ao Atrium, ao lado do edifício Nobre, diz que estacionam em frente à sua garagem, o que impede a sua entrada/saída. Isto porque não há marcas amarelas de proibição de estacionamento.
Diz que o ano passado, alguns dos moradores deslocaram-se à Câmara Municipal para pedirem a resolução deste problema, até à data o mesmo não se encontra resolvido.
Questiona quais os procedimentos a tomar para que o problema seja resolvido.*

3. ASSUNTOS DIVERSOS

- a) *S. Pedro – lixo no Parque do Vale do Ribeiro.*

Este assunto já cheira mal, literalmente.

Desde setembro que no Parque Vale do Ribeiro estão estes dois caixotes do lixo, neste estado. Já por diversas vezes eu, e muitas pessoas, falamos disso, incluindo a agora constituída associação AMA S. Pedro.

Eu e os munícipes não queremos saber se a responsabilidade é da presidente Cidália Ferreira ou da presidente Isabel Freitas. O que sei é que esta situação é um nojo, para além dos cheiros andam por ali cães a vasculhar o lixo e também já há ratos.

A responsabilidade do que se passa no seu território é do presidente de Câmara. Se delegou competência na Junta de Freguesia para fazer este serviço e esta não está a cumprir, atue em conformidade.

De nada vale o argumento que um carro não chega ali, porque não é verdade. Se um camião não passa, Sra. Presidente peça a alguém sob sua responsabilidade que ali vá, nem que seja com um dos carros novos elétricos e retire dali aqueles caixotes com lixo.

Tenho vergonha de ser abordado pelos munícipes ou por visitantes sobre este assunto.

Sra. Presidente CHEGA. Assuma a sua responsabilidade e mande limpar hoje mesmo, porque S. Pedro pertence ao concelho que está ao seu cuidado.”

O Sr. Vereador José Luís Sousa cumprimentou todos os presentes, desejou Boas Festas e deixou as seguintes notas rápidas:

- Referiu que há um problema com o regulamento de taxas, o que dá razão à CDU/PCP, que há muito defendem a redução das taxas e licenças. As taxas das sepulturas são escandalosas, e o regulamento também devia contemplar isenções, nomeadamente para as esplanadas. Há também o caso da cafetaria, que é um espaço magnífico.

Entende que deveria ser criada uma comissão técnica, por exemplo, para estudar e rever o regulamento. Já deu exemplos, pelo que deixa a sugestão, começando talvez pelo centro tradicional e depois ir alargando.

- Têm-lhe chegado reclamações de técnicos e promotores que se queixam que os seus projetos não saem da gaveta. É importante para o concelho que os processos sejam despachados com celeridade. Não sabe o que se passa, mas a Sr.^a Presidente deve tomar as devidas medidas.
- Estrada da Garcia – há muitas reclamações, algumas já há muitos anos, porque o pavimento abate com frequência. Perguntou se está prevista alguma intervenção de fundo para esta estrada, porque todos os anos a situação se põe e é necessária uma intervenção profunda.
- Junta de Freguesia de Vieira de Leiria – sabe que andam a reclamar sobre as instalações de apoio, que se degradaram, e a Câmara prometeu colocar contentores para resolver a situação, só que passado um ano ainda não foi resolvido. A Junta e os trabalhadores têm razão e esta intervenção é mais do que necessária e deve ser feita.

Terminadas as intervenções, a Sr.^a Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que irá responder ao que souber neste momento. A restante informação será enviada depois.

- Em resposta à Sr.^a Vereadora Lara Lino, o **Sr. Vereador** confessou que não tem tido o cuidado de dar conhecimento aos restantes Vereadores das respostas que tem dado, embora outras tenham sido respondidas pelo Gabinete de Apoio.
- O e-mail da Sr.^a Sara Pêcego não foi respondido por si.
- O e-mail dos moradores do edifício Veneza foi respondido por si, tendo-lhes fornecido os contactos do gabinete para que depois se marque a reunião. Aguarda que respondam.
- Há contatos do Sr. João Mendes, do Sr. Chanoca e de mais pessoas sobre a Av.^a João Beare, a alertar para o controlo de velocidade. Esteve a ver a situação, e a opção é criar forma de fazer com que as pessoas atravessem nas passadeiras, criando barreiras de proteção, e nas passadeiras colocar semáforos com botão de peões, para que a Av.^a mantenha a fluidez de trânsito. Esta foi a solução vista com os técnicos e que já despachou, para que seja implementada. Entende que é melhor do que colocar lombas numa Av.^a como esta, que é uma via distribuidora de trânsito. O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** chamou também a atenção para a velocidade do trânsito que vem da Rua Natália Correia e Rua Miguel Torga.
- Garagem da Rua das Portas Verdes – o **Sr. Vereador** disse que já deu instruções para a pintura de baias amarelas.
- Estrada da Garcia – o **Sr. Vereador** referiu que vai ter que se fazer uma intervenção entre o Pilado e a Garcia, no troço entre as duas igrejas, porque o saneamento tem que ser todo substituído e depois tem que se repor o pavimento. São quase 4 kms, mas primeiro terá que ser feito o projeto.
- Estaleiros da Vieira – optou-se pela solução dos contentores, a empresa já está escolhida, e o processo só não avançou porque não havia dotação orçamental. Agora já há e vai-se avançar rapidamente.
- Reclamação sobre os projetos – o **Sr. Vereador** reconheceu que é muito demorado, mas a equipa é reduzida, e agora em janeiro vai sair mais um arquiteto. Tem sido feito um esforço grande para recuperar o atrasado, embora a resposta ainda seja demorada. Não está satisfeito, pensa que talvez haja algumas burocracias que se possam simplificar, mas a situação atual é esta e a equipa é muito reduzida.

A **Sr.ª Presidente** referiu que têm que se abrir rapidamente os procedimentos para contratar, uma vez que já há orçamento.

- Lixo – o **Sr. Vereador** disse que a situação veio do facto de se pôr o lixo nas papeleiras, que depois foram substituídas por contentores, e das dificuldades de recolha, como é sabido. Falou com a **Sr.ª Presidente** da Junta, e não se justifica que ali haja contentores para lixo doméstico, mas sim papeleiras de apoio ao parque de merendas. Chegaram os dois à conclusão de que se deve assumir que ali não há recolha de lixo doméstico, pelo que vão ser retirados os contentores e os moradores deslocar-se-ão aos contentores que existem próximo. Por si assume esta posição.

A **Sr.ª Presidente** referiu que esta posição tem que ser mais ponderada, porque o ano passado já se colocou este problema, e em consenso com a **Presidente** da Junta, retiraram-se os contentores. Houve contestação e a Câmara assumiu fazer a recolha deste espaço. Parece-lhe que se deve ponderar mais a situação, até porque a Câmara assumiu fazer a recolha urbana. Quer explorar todas as situações antes de tomar uma decisão.

Sobre a situação atual, ficou de se ver a disponibilidade para ir hoje retirar o lixo.

- Cafeteria D'Arte – a **Sr.ª Presidente** referiu que a última comunicação é de maio de 2017. Em julho de 2017 o assunto veio à reunião, não havia fundamentação jurídica, e depois o Sr. Vereador reuniu com o concessionário. Depois disso não houve mais contacto. O concessionário foi notificado para vir pagar as rendas, só que até este e-mail não houve nenhum contacto.
- Apoio aos concessionários da Praia da Vieira – em resposta à **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira**, e relativamente ao que a Câmara Municipal de Leiria teria assumido, a **Sr.ª Presidente** informou que entrou em contacto com a Vereadora da CM Leiria para saber qual a fundamentação jurídica para o apoio aos concessionários, e a resposta que obteve foi de que não tinha sido dado apoio exatamente por esse motivo – não haver fundamento jurídico, e também lhe disse que o apoio aos wc's tinha sido dado no tempo da **Presidente Isabel Damasceno**. Contactou com a **Dr.ª Isabel Damasceno**, que lhe disse que não era possível fazê-lo, e que na altura também não o fez precisamente por impossibilidade jurídica. Por estes motivos, resta-lhes candidatar-se aos apoios que foram disponibilizados, se assim o quiserem, e a Câmara apoiará nesse processo. A Câmara não cruzou os braços, mas não é possível apoiar particulares. A questão da água irá ser vista.
- Escola dos Outeiros – a **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que têm de se avaliar os pedidos das três instituições interessadas e que prestam um serviço válido à comunidade. A escola ainda não entregou as chaves, e depois disso têm que ser feitas algumas reparações.
- Segurança na passagem de ano – a **Sr.ª Presidente** referiu que cabe à Câmara alertar a GNR.
A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que sabe que a comissão organizadora já alertou também a GNR, para além de terem eles próprios contratado seguranças.
- Transmissão da reunião – a **Sr.ª Presidente** referiu que a impossibilidade de transmitir esta reunião se ficou a dever à alteração da hora da mesma.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 10:50 horas às 11:15 horas, para um breve intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, a **Sr.ª Presidente** solicitou a inclusão na ordem do dia de duas propostas (uma cuja documentação já tinha sido enviada), e uma outra sobre o pedido de prorrogação do prazo de instrução de um processo de inquérito, cujo conteúdo deu a conhecer, deixando este pedido à consideração de todo o executivo.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que aquilo que sabe, desde 2013, é que não é possível acrescentar pontos à ordem de trabalhos. É isso que sabe, e não compreende que se tenha colocado no site do Município a agenda já com a inclusão de mais um ponto, sem que os Vereadores o tenham aprovado. Sugeriu que não se acrescentem mais pontos à agenda, referindo que aquilo que já admitiu, e que já se fez, foi fazer uma reunião extraordinária logo a seguir. Isto já foi feito, mesmo sem se cumprir o prazo para convocação.

Após uma troca de impressões entre todos, ficou decidido fazer uma reunião extraordinária logo a seguir à presente reunião, para decisão sobre os dois pontos.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

GABINETE DE APOIO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

1. Aprovação de adenda ao Protocolo de Colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande

1252 - Presente adenda ao protocolo de colaboração entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande, celebrado a 19 de abril de 2018.

Considerando que:

- A execução das intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial se encontra atrasada, sendo previsível que não terminará até ao final do ano de 2018 devido a diversos constrangimentos, nomeadamente condições atmosféricas adversas na realização de trabalhos em leitos e margens de linhas de água;
- O Município tem de garantir a dotação orçamental e salvaguardar os fundos disponíveis para assegurar aquelas intervenções para proteção dos recursos hídricos;
- O carácter urgente e inadiável das referidas intervenções justifica que, a título excecional, se alterem os termos acordados para a transferência dos montantes do correspondente apoio ao Município, assegurando que os montantes de apoio estabelecidos no Protocolo de Colaboração, de 19 de abril de 2018, se encontram disponíveis para permitir a execução das mencionadas intervenções;

- Pelos motivos expostos, bem como pelos demais constantes da minuta de adenda ao citado Protocolo, a Agência Portuguesa do Ambiente, apresentou uma alteração às cláusulas 4.^a, 6.^a e 14.^a do mencionado Protocolo;

A Câmara Municipal, depois de analisar o referido documento e concordando com os seus termos, delibera, ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2015, de 12 de setembro, aprovar o teor da minuta de adenda ao Protocolo de Colaboração, celebrado a 19 de abril de 2018, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P e o Município da Marinha Grande, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa à presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

FINANÇAS E TESOUREARIA

2. Resumo de Tesouraria do dia 17 de dezembro de 2018

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia dezassete de dezembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.569.169,14€** (treze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e nove euros e catorze cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

3. Abertura de conta bancária – APA - Regularização fluvial

1253 - Considerando proposta de adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município da Marinha Grande no âmbito do n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, para as intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial, remetida a 13 de dezembro de 2018, conforme documento em anexo I.

Considerando que de acordo com a alínea j) da cláusula quarta da referida é requerida a abertura de conta bancária específica para efeitos de controlo de movimentação das receitas e despesas.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “APA - Regularização fluvial”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros referente ao protocolo de colaboração celebrado no

âmbito do n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-A/2018, de 7 de fevereiro, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro do pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro do pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

APROVISIONAMENTO

4. P.A. N.º 105/2018-AP/DISU – *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”* - Adjudicação

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Questionamos se a empresa que fazia a iluminação pública é a mesma que agora ganhou. Perguntamos também se no caderno de encargos está mencionado a hora a que acendem e apagam as luzes, de modo a que o centro da cidade não fique às escuras pela madrugada. Recomendamos que sejam colocados sensores de luminosidade para acenderem e apagarem com a intensidade da luz.”

1254 - Presente o processo de aquisição nº 105/2018 – AP/DISU, com o objeto *“Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”*, realizado de acordo com deliberação camarária de 29 de outubro de 2018, tendo sido adotado o procedimento de concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 18/12/2018, no qual é proposta, a adjudicação, face ao critério de adjudicação definido, nomeadamente o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, por lote, às propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes:

Lote 1 - Fornecimento de energia em Média Tensão - à proposta apresentada pelo concorrente *Endesa Energia, SA – Sucursal Portugal*, pelo valor global de 244.270,19€ (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta euros e dezanove centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 2 - Fornecimento de energia em Baixa Tensão Especial - à proposta apresentada pelo concorrente *Galp Power S.A.*, pelo valor global de 248.215,01€ (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e quinze euros e um centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 3 - Fornecimento de energia em Baixa Tensão Normal - à proposta apresentada pelo concorrente *Galp Power S.A.*, pelo valor global de 229.359,72€ (duzentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e nove euros e setenta e dois centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Lote 4 - Fornecimento de energia de Iluminação Pública - à proposta apresentada pelo concorrente *LUZBOA - Comercialização de Energia, Lda*, pelo valor global de 620.918,83€ (seiscentos e vinte mil, novecentos e dezoito euros e oitenta e três centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 105/2018-AP/DISU, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e artigo 22º, n.º 7 do mesmo diploma legal por estarmos perante a celebração de um contrato que se revela imprescindível para garantir o fornecimento de energia elétrica às diversas instalações municipais, a partir de 1 de fevereiro de 2019, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente:

1. Adjudicar, face ao critério de adjudicação definido, nomeadamente o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, por lote, às propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes:
 - Lote 1 - Fornecimento de energia em Média Tensão - à proposta apresentada pelo concorrente *Endesa Energia, SA – Sucursal Portugal*, pelo valor global de 244.270,19€ (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - Lote 2 - Fornecimento de energia em Baixa Tensão Especial - à proposta apresentada pelo concorrente *Galp Power S.A.*, pelo valor global de 248.215,01€ (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e quinze euros e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - Lote 3 - Fornecimento de energia em Baixa Tensão Normal - à proposta apresentada pelo concorrente *Galp Power S.A.*, pelo valor global de 229.359,72€ (duzentos e vinte e nove mil, trezentos e cinquenta e nove euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - Lote 4 - Fornecimento de energia de Iluminação Pública - à proposta apresentada pelo concorrente *LUZBOA - Comercialização de Energia, Lda*, pelo valor global de 620.918,83€ (seiscentos e vinte mil, novecentos e dezoito euros e oitenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Notificar os adjudicatários para apresentarem os documentos de habilitação e prestarem a caução, nos termos do disposto nas peças do procedimento, nos seguintes valores por lote:
 - Lote 1 - Endesa Energia, SA – Sucursal Portugal, pelo valor 12.213,51€
 - Lote 2 e Lote 3 - Galp Power S.A., pelo valor de 23.878,74€
 - Lote 4 - LUZBOA - Comercialização de Energia, Lda, pelo valor de 31.045,94€
3. Aprovar as minutas dos contratos, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos.
4. Designar como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, o trabalhador Telmo Faria, o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela trabalhadora Luciana Esteves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. “Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”. Adjudicação

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** não participou na apreciação e votação deste processo, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M. Unipessoal S.A..

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

Os Srs. Vereadores do MpM colocaram as seguintes questões:

“Perguntamos porque é que dos 7 autocarros a serem utilizados, 1 deles relativo ao transporte de alunos do ensino básico não tem inclusão de vigilantes e porque é que a contratação dos vigilantes a afetar à viatura nº 5 é da responsabilidade do município.

Porque só vem agora, na última reunião do ano. Se existirem dúvidas já não vamos a tempo de adjudicar transportes escolares para 2019 e no início do 2º período as crianças não têm transportes. Os autocarros utilizados pela TUMG são próprios, ou a TUMG efetua um concurso público. Se isso acontecer, já não haverá tempo para o fazer.

Se a TUMG já fez o concurso público qual a data? A câmara enviou um ofício para a TUMG no dia 17/12 e a TUMG respondeu no mesmo dia. O valor total é de € 273.532,30, sendo para transportes Escolares € 244.552,30 e de interesse municipal € 28.980,00.

Os preços propostos têm como referência os preços médios de mercado (1,18€), mas não são atuais (2013, 2014, 2015). Se todos os concursos públicos que a câmara faz a decisão de escolha é pelo preço mínimo (1,00€), qual o motivo por que para os transportes se faz pelos preços médios. A diferença é de 18%, é este o valor que a Câmara paga a mais por adjudicar à TUMG, enquanto se fizesse diretamente salvava este valor. E reforçamos que a TUMG faz um concurso, portanto a empresa que for contratada também seria pela Câmara, mas gastaria menos 18%.

Para além desse acréscimo de custo existe ainda uma componente administrativa no valor de € 22.325,36.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que 6 autocarros são contratados à Rodoviária, e o outro é da TUMG, faz o circuito da Moita e o vigilante é contratado pelo Município.

Em resposta ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que questionou se os 6 autocarros foram adjudicados por concurso público pela TUMG, ou se ainda vão ser, a **Sr.ª Presidente** referiu que percebe a questão e que também a preocupa. Vai tentar saber, mas também sabe que foi necessário esperar pela autorização da Assembleia Municipal.

O **Sr. Vereador José Luís Sousa** referiu que os autocarros não são só para as escolas, são também para as coletividades. O essencial da deliberação é contratar estes serviços, e a TUMG tem as suas regras. Entende que se devem centralizar no objeto da deliberação, que é contratualizar estes serviços à TUMG, independentemente de se prestarem os esclarecimentos solicitados. É importante que a Câmara ajude a viabilizar uma empresa que é importante para o concelho e para a população, contratando os serviços à TUMG.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que para além do tempo que se perdeu na contratualização, é relevante o relatório. Dos 7 autocarros, só 1 é da TUMG, os outros 6 são contratados pela TUMG, e o valor que a TUMG vai pagar é o mesmo que a Câmara pagaria, pelo que não percebe porque é que a Câmara vai pagar mais pelo serviço. Deu exemplos dos valores constantes do documento que lhe foi enviado, donde concluiu que a Câmara vai pagar + 18% pela adjudicação por ajuste direto à TUMG, quando podia fazê-lo diretamente. Deu ainda o exemplo dos orçamentos de 3 empresas com valores de 2015 e até de 2013. O apoio administrativo são mais 22.000€. Se a Câmara o fizesse diretamente não precisaria de

pagar esta componente administrativa à TUMG. Trata-se de uma forma encapotada de financiar a empresa. Não vê outra justificação.

A **Sr.ª Presidente** referiu que o assunto veio agora à reunião porque se precisava da revisão, para incluir verbas, e também da plurianualidade, que tiveram que ir à Assembleia Municipal. A análise do Sr. Vereador é a sua, tem todo o direito de o fazer. Lembrou que este serviço é também prestado ao longo do dia a todos os serviços sociais que o solicitam.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que jamais estará em causa o apoio social nos transportes que a Câmara presta.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

1255 - Presente a informação I/1827/2018, da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se manifesta a necessidade da contratualização dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”*, cuja instrução careceu de pedido de autorização prévia para a assunção de encargos plurianuais pelo órgão deliberativo, precedido de revisão aos documentos previsionais de 2018.

Considerando que a contratação pelo município dos serviços da TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. no que respeita aos transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município não carece de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º-A, n.º 1, alíneas a), b) e c) do Código dos Contratos Públicos, por: *“(...) A parte II não é aplicável à formação dos contratos, independentemente do seu objeto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes condições:*

- a) A entidade adjudicante exerça, direta ou indiretamente, sobre a atividade da outra pessoa coletiva, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;*
- b) A entidade controlada desenvolva mais de 80 % da sua atividade no desempenho de funções que lhe foram confiadas pela entidade adjudicante ou entidades adjudicantes que a controlam, ou por outra ou outras entidades controladas por aquela ou aquelas entidades adjudicantes, consoante se trate de controlo isolado ou conjunto;*
- c) Não haja participação direta de capital privado na pessoa coletiva controlada, com exceção de formas de participação de capital privado sem poderes de controlo e sem bloqueio eventualmente exigidas por disposições especiais, em conformidade com os Tratados da União Europeia, e que não exerçam influência decisiva na pessoa coletiva controlada. (...)”, se tratar de contratação excluída.*

Atento o exposto e considerando que o Município pode contratualizar a aquisição de serviços diretamente junto da TUMG -TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. por se verificar cumulativamente, nos termos dos documentos anexos à presente deliberação, os referidos requisitos:

- a) o Município da Marinha Grande exerce, sobre a TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A., um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços;

- b) a empresa municipal TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. desenvolve mais de 80% da sua atividade em funções confiadas pelo Município da Marinha Grande;
- c) a empresa municipal TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. não detém participações de capital privado.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 20/12/2018, deliberou conceder autorização prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais relativos aos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”*, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, conforme documento anexo ao processo.

Considerando que a empresa municipal apresentou através do ofício n.º 00108/ADM/2018 a proposta TUMG/MMG/003/2018, datada de 17/12/2018 e que os serviços da DDC - Divisão de Desenvolvimento e Cidadania, atento o valor da mesma, emitiram relatório, estimando a globalidade dos serviços a prestar em 2019, em 273.532,30 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2018 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2019 para a contratação dos *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”*, na classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2018/A/214.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 5.º-A, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e artigo 22º, n.º 7 do mesmo diploma legal, por estarmos perante a celebração de um contrato que se revela imprescindível para garantir o transporte escolar aos alunos do concelho a partir de 2 de janeiro de 2019, adjudicar a prestação do serviço de *“Transportes escolares e de Interesse Municipal e Relevante no Âmbito de Projetos Educativos, Culturais, Sociais e Desportivos Apoiados pelo Município para o Ano 2019”*, à empresa municipal TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPESSOAL S.A. pelo valor global de 273.532,30 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar entre as partes.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM.

Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mélina Mira, proferiram a seguinte declaração de voto:

“A necessidade de contratar os transportes escolares para 2019, assunto de interesse municipal, é uma obrigação da câmara no âmbito das suas competências. Sabemos há muito que este procedimento deveria ter sido iniciado para garantir que a 1 de Janeiro estavam assegurados os transportes escolares. Como nos outros anos (e noutras matérias)

a Câmara não prepara atempadamente os dossiers e estamos a dez dias (com o Natal pelo meio) e ainda não foi adjudicado.

De realçar que, só ontem, dia 20 de dezembro, a Assembleia Municipal determinou a assunção de compromissos plurianuais, fundamental para lançar este concurso. Só após esta decisão poderia ter sido feita a abertura deste procedimento.

Se forem verificados todos os procedimentos da contratação pública, naturalmente já não será possível ter transportes escolares no início do ano. Infelizmente esta tem sido a prática seguida.

No entanto, tendo em conta que um concurso público demora mais de dois meses, a TUMG lançou com certeza este concurso público há algum tempo. Este executivo a 17 de dezembro, antes de ter a deliberação da Assembleia Municipal, enviou o ofício à TUMG, que respondeu no mesmo dia.

Da informação técnica entendemos todo o enquadramento, a justificação e os cálculos/valores dos transportes a contratar. A proposta da TUMG é de € 273.532,30, não fundamentada nos preços mais baixos, mas sim nos preços médios do mercado. Na informação recebido é referido que o preço mais baixo do mercado é de € 1,00/km, enquanto o preço médio assumido é de 1,18€/km. Ou seja, estamos a pagar à TUMG estes transportes escolares e de interesse público, 18% mais caro do que se tivéssemos adjudicado diretamente. Para além dos 18% que a Câmara paga a mais, no processo é referido que os custos administrativos são de € 22.325,36 (apesar de que 18% dá um valor superior). Ou seja, estes dois custos são os valores que lesam o erário público.

Para além disso, a proposta de deliberação é para a Câmara contratar o serviço à TUMG, sem qualquer concurso ou avaliação de preços de mercado. Não temos quaisquer orçamentos ou referências a preços de mercado e, pagamos à TUMG muito mais do que os valores mais baixos de mercado. Ou seja, o executivo permanente vai contratar à TUMG quando poderia contratualizar o mesmo serviço, aos mesmos prestadores de serviço, por valores mais baixos. Basta analisar as propostas que a TUMG apresenta de alguns fornecedores, de 2013, 2014 e 2015, com empresas a apresentarem valores muito mais baixos. Por que razão a Câmara e/ou a TUMG não apresentaram valores de mercado atuais?

Qual a vantagem da contratação “in-house”? Que ganhos de eficiência e eficácia traz a entidade empresarial municipal para o processo quando o Município irá pagar pelo serviço, um valor muito superior àquele que iria pagar se o processo seguisse os trâmites da contratação pública a uma entidade externa?

Entendo que deveríamos ter um valor de mercado e fazer um concurso público com as regras da contratação pública. Doutra forma considero existir uma má utilização de dinheiros públicos expressa na aquisição de um serviço a um valor superior àquele que teríamos se recorrêssemos ao mercado. Percebemos que este tipo de opções políticas pode ter o propósito de se constituir como uma forma indireta e encapotada de custear a manutenção de uma entidade empresarial cujo objeto se centra na questão dos transportes e que merecerá toda uma reflexão sobre o sentido da sua existência. Se a sua sobrevivência reside fundamentalmente na contratação dos serviços que o Município lhe realiza, há que refletir. Se a CMMG executasse o cumprimento das suas tarefas neste domínio será que não o realizaria com custos menos onerosos para o erário público e não seria mais eficaz?

Por essa razão abstenho-me nesta votação, apenas para que as crianças não fiquem sem transporte escolar no próximo dia 1 de Janeiro, mas não voltaremos a aceitar estas condições de falta de planeamento.”

O Sr. Vereador José Luís Sousa disse o seguinte:

“Subscreveria parte da declaração de voto do Aurélio, mas não tem em conta que a TUMG só sobrevive assim, senão terá que acabar para todos os serviços que presta.

Assim, algumas das grandes questões que coloca apenas se direccionam para a viabilidade da TUMG.

Não faria sentido a Câmara ter uma empresa municipal e não lhe adjudicar os serviços. Chame-se financiamento ou o que se quiser, mas para si a grande questão é não dar uma machadada na empresa, que presta um serviço fundamental à população. E isso não querem de todo. Algumas das considerações parecem levar a esse pensamento, e o Aurélio com certeza que não quer isso, apenas quer maior rigor.”

A Sr.ª Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Tendo em consideração as declarações de voto anteriores, não podemos deixar de referir que nos Estatutos da TUMG estão conformados os transportes escolares e os transportes urbanos.

A não adjudicação da Câmara à TUMG destes transportes implicaria uma alteração de Estatutos da TUMG e de certa forma a sua extinção, pois a sua criação teve a ver com a prestação de serviços à nossa comunidade, a qual vai cumprindo os objetivos definidos nos Estatutos com a grande preocupação social que sentimos ser devida.

A análise aqui referida carece de incluirmos também nesta avaliação da prestação de serviços da TUMG relativamente com a deslocação dos nossos munícipes, sobretudo os mais idosos, na sua mobilidade por todo o concelho, pelos custos baixos e acessíveis às suas parcas reformas.

Para além disso presta ainda serviços às nossas coletividades e associações.

Relativamente aos prazos referidos, como sabem, não poderíamos adjudicar o serviço porque não tínhamos a revisão do orçamento aprovada e como tal não tínhamos dotação em anos seguintes antes da aprovação do mesmo para podermos lançar este procedimento.

Os prazos referidos decorrem exatamente por esta questão e não por atraso neste processo, tendo em conta que, como foi também referido, o mesmo se iniciou a 11 de julho.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

DIVISÃO DE QUALIDADE DE VIDA

OBRAS MUNICIPAIS

6. Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2 - Concurso público n.º 15/2018- Adjudicação

1256 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente CONTEC- Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 769.883,53€ (setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 180 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de facto e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG - Fase 2” à proposta apresentada pelo concorrente CONTEC- Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 769.883,53€ (setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 180 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Delibera ainda, aprovar a minuta do contrato a celebrar, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, que se dá por integralmente reproduzida.

Mais delibera designar como diretor de fiscalização a Eng.ª Sara Vidal, coadjuvada pelo Eng. Luís Silva na componente das redes de abastecimento de água e de saneamento, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e Rede Viária da saída Norte da ZIMG – Parte 04” - Concurso público n.º 01/2018 – Aprovação de Trabalhos Complementares

1257 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação com referência CS/83/2018, de 06 de dezembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos complementares, no âmbito da empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Parte 4”, no valor, de 492,09€ (quatrocentos e noventa e dois euros e nove cêntimos), a preços acordados.

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 370.º, 373.º, 374.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e rede viária da saída norte da ZIMG - Parte 4”, em que é cocontratante a empresa CONTEC- Construção e Engenharia, SA, delibera aprovar:

- a) Trabalhos de complementares, a preços acordados, no valor total de 492,09€ (quatrocentos e noventa e dois euros e nove cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) A fixação do prazo de execução em 5 dias e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- c) A minuta do contrato adicional a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO

PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente aos pontos 8, 9, 10 e 11, os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Estes projetos estão relacionados, por isso questionamos onde é a entrada e saída do Santos Barosa. Se for onde está hoje o portão, o que prevêem fazer à casa que fica logo ali perto.

Onde está o estudo do trânsito na entrada e saída da Estrada dos Guilhermes? Hoje já temos filas, quando incrementarmos com mais de 100 camiões por dia a entrar e sair, vai ser muito complicado.

O problema é mais uma vez a incapacidade de planear o futuro da cidade, vão-se fazendo obras de forma inconsequente, porque não se planeia a longo prazo e os projetos que se vão realizando correm o risco de hipotecar potencialmente o futuro.

Propomos que se efetuem planos para melhorar a acessibilidade à zona industrial, desviando o tráfego daquele nó desnivelado. Há muito que existe um projecto de variante.”

O **Sr. Vereador José Luís Sousa** referiu que estes projetos serão todos importantes mas têm que ser pensados de forma integrada. Daquilo que apreciou, e não sabe o que está para trás, parece-lhe que tem que haver um tempo e um método diferente, e os Vereadores têm que participar, e não será em reunião de Câmara, mas noutras reuniões.

Sobre a Rua dos Cortiços, perguntou se houve algum envolvimento com a Santos Barosa, e se é possível celebrar com a empresa algum protocolo para participar na obra, porque também é do seu interesse. Seria útil esta colaboração, que em tempos já se verificou.

Sobre o projeto da Rua dos Cortiços, o **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que o trouxe à Câmara por estar pronto, mas ele é um projeto B, porque toda esta área já foi comprada pela Santos Barosa, para expansão dos armazéns, e o que está decidido é que eles vão fazer todos os arranjos e acessos, e a acontecer, esta Rua dos Cortiços ficará a ser só para os moradores e este projeto deixará de fazer sentido. Se a Santos Barosa não entregar o seu projeto, como está acordado, a Câmara avança com este projeto.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação os referidos projetos.

8. Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 – P.A. n.º 11/2017 - Aprovação do Projeto de Execução

1258 - Presente Informação n.º CS/88/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 14 de Dezembro de 2018, propondo a aprovação do projeto de execução da **Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2**, que visa estabelecer a ligação entre a Zona Industrial e o Centro Urbano da cidade, no âmbito da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade da Marinha Grande, visando contratualizar com o Programa Operacional Regional as Prioridades de Investimento inscritas no Eixo Urbano.

O propósito desta intervenção consiste em desenvolver uma rede contínua de modos suaves, especialmente, no sistema pedonal e sistema ciclável, que valorize a inserção paisagística no contexto urbano da Cidade da Marinha Grande e que promova e facilite a deslocação no interior da cidade (principalmente da deslocação entre o centro funcional e um dos polos industriais - gerador de grande parte do emprego da cidade), permitindo também a conexão às redes exteriores existentes, no que diz respeito às ciclovias.

Ao nível dos modos suaves está prevista a construção de cerca de 6km distribuídos por 5 troços de ciclovia, permitindo assim estabelecer a ligação e assegurar a continuidade das ciclovias já existentes que correspondem a cerca de 26km. Estes percursos, para além de promoverem a mobilidade sustentável, favorecem os espaços envolventes em termos ambientais e paisagísticos.

Este projeto de execução encontra-se subdividido em quatro fases, por forma a permitir que o posterior investimento seja feito de uma forma faseada.

Nesse contexto, o projeto foi desenvolvido em quatro fases, a seguir discriminadas:

- Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 - Troço 1: contempla o troço desde a Rotunda Norte da Estrada do Guilherme até ao cruzamento com a Rua dos Carreirinhos;
- Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 - Troço 2: contempla o troço desde o Estádio Municipal até à Rotunda da Avenida Eng.º Arala Pinto;
- Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 - Troço 3: contempla um troço de ciclovia que liga a Rua Nery Capucho ao futuro Centro de Interface de Transportes Urbanos e um segundo troço que atravessa o Parque Mártires do Colonialismo até ao Cemitério;
- Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2 - Troço 4: contempla um troço de ciclovia que liga o Parque da Cerca à E.N. 242-2 (Ciclovia da Estrada de São Pedro), atravessando a Rua da Portela e o aceiro exterior das Matas Nacionais.

Mais se informa, que estes projetos de execução observam as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que os mesmos contemplam os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o projeto de execução da Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. Ampliação da Rua do Cortiço – P.A. n.º 10/2017 - Aprovação do Projeto de Execução

1259 - Presente Informação n.º CS/91/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 14 de Dezembro de 2018, propondo a aprovação do projeto de execução da **Ampliação da Rua dos Cortiços**, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

O propósito desta intervenção consiste em prolongar a rua dos Cortiços, criando uma ligação entre a Rua Santos Barosa e a Estrada do Guilherme, possibilitando uma saída rápida para o tráfego pesado da Fábrica Santos Barosa e desviando-o dos arruamentos urbanos, o que permite resolver uma questão atualmente muito polémica, uma vez que temos centenas de viaturas pesadas a circular em ruas de acesso local danificando pavimentos, lancis e beirados. Esta ligação permitirá a saída rápida deste tráfego pesado para o acesso à Autoestrada A8, tendo como objetivo principal devolver qualidade de vida aos moradores das ruas de acesso local que atualmente são invadidas pelos camiões da Fábrica Santos Barosa, promovendo ainda a redução das emissões de gases com efeito de estufa nestes acessos.

Mais se informa, que este projeto de execução observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o projeto de execução da Ampliação da Rua dos Cortiços, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Requalificação da Rua da Portela – P.A. n.º 11/2017 - Aprovação do Projeto de Execução

1260 - Presente Informação n.º CS/89/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 14 de Dezembro de 2018, propondo a aprovação do projeto de execução da **Requalificação da Rua da Portela**, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

O propósito desta intervenção consiste na definição das condições de execução de um empreendimento que vise requalificar a Rua da Portela, de forma a reabilitar as infraestruturas existentes, promover a segurança rodoviária e pedonal e adaptar aquele arruamento para o acessos de deficientes e pessoas com mobilidade reduzida (DL 163/2006 de 8 de Agosto), bem como dotar os arruamentos confinantes de infraestruturas de drenagem de águas residuais pluviais e domésticas, assim como remodelação da rede de abastecimento de água e iluminação pública.

Este projeto foi articulado com o projeto de execução da Ciclovia entre a Zona Industrial e a E.R. 242-2, por forma a permitir encontrar espaço para a partilha da faixa de rodagem entre veículos e ciclistas, concretizando parte do troço 4 da ciclovia.

Mais se informa, que este projeto de execução observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o projeto de execução da Requalificação da Rua da Portela, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11. Ciclovia entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal – P.A. n.º 10/2017 - Aprovação do Projeto de Execução

1261 - Presente Informação n.º CS/90/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 14 de Dezembro de 2018, propondo a aprovação do projeto de execução da **Ciclovia entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal**, que visa estabelecer a ligação entre a Zona

Industrial e o Centro Urbano da cidade, no âmbito da candidatura do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade da Marinha Grande, visando contratualizar com o Programa Operacional Regional as Prioridades de Investimento inscritas no Eixo Urbano.

O propósito desta intervenção consiste em desenvolver uma rede contínua de modos suaves, especialmente, no sistema pedonal e sistema ciclável, que valorize a inserção paisagística no contexto urbano da Cidade da Marinha Grande e que promova e facilite a deslocação no interior da cidade (principalmente da deslocação entre o centro funcional e um dos polos industriais - gerador de grande parte do emprego da cidade), permitindo também a conexão às redes exteriores existentes, no que diz respeito às ciclovias.

Ao nível dos modos suaves está prevista a construção de cerca de 6km distribuídos por 5 troços de ciclovia, permitindo assim estabelecer a ligação e assegurar a continuidade das ciclovias já existentes que correspondem a cerca de 26km. Estes percursos, para além de promoverem a mobilidade sustentável, favorecem os espaços envolventes em termos ambientais e paisagísticos.

Este troço, com uma extensão aproximada de 601 metros, estabelece a passagem da linha do caminho de ferro (Linha do Oeste) através de um percurso desnivelado que atravessa também a Rua dos Cortiços e a Av.^a da Liberdade, e garantindo ainda a mobilidade pedonal na Estrada do Guilherme.

Mais se informa, que este projeto de execução observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o projeto de execução da Ciclovia entre a Rua dos Carreirinhos e o Estádio Municipal, a levar a efeito na Freguesia da Marinha Grande, Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. “Projeto de Reabilitação Integral de Edifício para Apoio aos Equipamentos Instalados no Património Stephens ” - Aprovação do Anteprojeto

1262 - Presente Informação n.º MF/75/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 04 de dezembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação do anteprojeto para a “REABILITAÇÃO INTEGRAL DE EDIFÍCIO PARA APOIO AOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO PATRIMÓNIO STEPHENS”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presentes os seguintes projetos em fase de estudo prévio:

- Arquitetura;
- Estruturas, estabilidade e fundações;
- Instalações, equipamentos e sistemas de abastecimento de água;
- Instalações, equipamentos e sistemas de drenagem de águas pluviais;
- Instalações, equipamentos e sistemas de drenagem de águas residuais;
- Instalações, equipamentos e sistemas elétricos;
- Instalações, equipamentos e sistemas de comunicação;
- Instalações, equipamentos e sistemas de SCIE;
- Instalações e equipamento de distribuição de gás;

- Instalações e equipamentos mecânicos de ventilação e climatização
- Estudo de comportamento acústico;
- Estimativa orçamental.

O presente anteprojeto assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o Anteprojeto da “REABILITAÇÃO INTEGRAL DE EDIFÍCIO PARA APOIO AOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO PATRIMÓNIO STEPHENS”, localizada na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**13. “Projeto de Reabilitação do Espaço Público no Bairro Municipal de Casal de Malta”
- PA N.º 22/2018 - Aprovação do Projeto de Execução**

1263 - Presente projeto de execução elaborado para a reabilitação do espaço público no Bairro Social de Casal de Malta”, freguesia e concelho da Marinha Grande, elaborado pela empresa CERTIPLAN, SERVIÇOS PARA O IMOBILIÁRIO S.A., na sequência do procedimento de concurso público, PA 22/2018;

Presente informação técnica, com a referência n.º IA/44/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 18 de dezembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, propondo a aprovação do projeto de execução para a “REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO MUNICIPAL SOCIAL DE CASAL DE MALTA”, localizado na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente Informação técnica, com a referência n.º IA/42/2018, da Divisão de Gestão do Território, datada de 13 de dezembro de 2018, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa, relativa à observância da operação com normas legais e regulamentares e enquadramento nos Instrumentos de gestão Territorial em vigor;

Presente parecer prévio favorável da EDP Distribuição, com a referência 2125/18/D-DRCT-AOE, de 13/ 12/ 2018;

Presentes os seguintes projetos de execução:

- Arquitetura;
- Rede de abastecimento de água;
- Rede de drenagem de águas pluviais;
- Rede de iluminação pública;
- Termos de responsabilidade dos autores de projeto;
- Mapa de medições;
- Mapa de orçamento;
- Condições técnicas especiais;
- Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos.

O presente projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro,

assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou as informações anexas, os projetos de execução e todos os elementos apresentados e, acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera aprovar o projeto de execução para a “REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO MUNICIPAL SOCIAL DE CASAL DE MALTA”, localizado na freguesia e concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

GESTÃO URBANÍSTICA

14. Req.º nº 1910/18, datado de 22/10/2018 - Proc.º n.º 210/18, datado de 01/06/2018 - Matias-Industria de Moldes e Plásticos, Lda

1264 - Presente pedido com o registo n.º 1910/18, datado de 22/10/2018, relativo a ampliação de uma unidade industrial, sita na estrada do Guilherme, n.º 161, Amieirinha, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 2064, 2246 e 2248, inscrito o primeiro na Matriz Predial Urbana sob o artigo 20391-P e os segundos na Matriz Predial Rústica respetivamente sob os artigos n.ºs 2240 e 2250, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 210/18, com data de entrada de 01/06/2018, apresentado por **Matias-Industria de Moldes e Plásticos, Lda**, com o NIPC 503 814 644, com sede na rua da Escola Velha, n.º 12-A, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 06/12/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a ampliação de uma unidade industrial, sita na estrada do Guilherme, n.º 161, Amieirinha, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 2064, 2246 e 2248, inscrito o primeiro na Matriz Predial Urbana sob o artigo 20391-P e os segundos na Matriz Predial Rústica respetivamente sob os artigos n.ºs 2240 e 2250, todos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 210/18, com data de entrada de 01/06/2018, apresentado por **Matias-Industria de Moldes e Plásticos, Lda**, com o NIPC 503 814 644, com sede na rua da Escola Velha, n.º 12-A, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Delibera, igualmente, informar que o licenciamento da presente operação urbanística fica condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis.

Mais delibera aceitar a cedência de uma área de 103,00 m², a retirar do prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2246 e inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo n.º 2240, destinada a passeio público.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Req.º nº 1960/18, datado de 29/10/2018- Proc.º n.º 463/18, datado de 29/10/2018 - Sun Yong e Ye Zhengli

1265 - Presente requerimento n.º 1960/18, datado de 2018/10/29, constante do processo camarário n.º 463/18, subscrito por **SUN YONG**, com o NIF 223177253 e por **YE ZHENGLI**, com o NIF 222855886, ambos residentes em rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16A, r/c esq., freguesia e concelho de marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, Muros de Vedação e Demolição de Telheiro”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17449 e inscrito na matriz sob o artigo número 9891.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar, Muros de Vedação e Demolição de Telheiro”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17449 e inscrito na matriz sob o artigo número 9891, com o número de processo 463/18, com data de entrada em 2018/10/29, apresentado por **SUN YONG**, com o NIF 223177253 e por **YE ZHENGLI**, com o NIF 222855886, ambos residentes em rua Manuel Pereira Roldão, n.º 16A, r/c esq., freguesia e concelho de marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com o arruamento público, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.
3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 44,05m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua 21 (rua Jornal da Marinha Grande), conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação”**, com o número **“A.03”**, datada de **“10/2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º

1960/18, datado de 2018/10/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Req.º nº 1719/18, datado de 26/09 - Proc.º nº 400/18, datado de 26/09 - Lúdia Maria Grilo Dionísio Martins

1266 - Presente requerimento n.º 1719/17, datado de 2018/09/21, constante do processo camarário n.º 400/18, subscrito por **Lúdia Maria Grilo Dionísio Martins**, com o NIF 183011368, residente em rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Ampliação de moradia**” e da “**Legalização de alterações de moradia**” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13931 e inscrito na matriz sob o artigo número 19924.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Ampliação de moradia**” e da “**Legalização de alterações de moradia**” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13931 e inscrito na matriz sob o artigo número 19924, com o número de processo 400/18, com data de entrada em 2018/09/21, apresentado por Lúdia Maria Grilo Dionísio Martins, com o NIF 183011368, residente em rua dos Agriões, n.º 46, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

Relativamente aos pontos 17, 18 e 19, os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Estes concessionários na Praia da Vieira foram vítimas do Leslie. Ficaram sem nada, este executivo permanente diz que não lhes dá qualquer apoio. Duma força resiliente, eles insistem em continuar e pretender reerguer os seus bares/restaurantes. A CMMG vai cobrar

estas taxas de urbanização a estes concessionários? Têm esplanadas em ruínas, não têm outra fonte de rendimentos, já pagaram 250 euros no projeto, ainda têm quase 400 euros de taxas para suportar?"

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** propôs que a Câmara aprove a isenção de taxas, como forma de apoio.

A **Sr.ª Presidente** referiu que os requerentes já tiveram essa informação, e depois desta aprovação os serviços da Câmara irão dar esse apoio na apresentação e instrução dos pedidos.

17. Req.º nº 2195/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 523/18, datado de 07/12/2018 - Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda

1267 - Presente pedido com o registo nº 2195/18, datado de 07/12/2018, relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 04 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento nº 523/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por **Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda**, com o NIPC 504 839 616, com sede na Av. Marginal, s/nº, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente projeto aprovado pela ARH Centro, a 30/11/2018.

Presente informação técnica, datada de 17/12/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do nº 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 04 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento nº 523/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por **Nau Frágil - Bar, Unipessoal Lda**, com o NIPC 504 839 616, com sede na Av. Marginal, s/nº, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do nº 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Deverá assegurar a realização da totalidade dos trabalhos necessários à conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Req.º nº 2197/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 524/18, datado de 07/12/2018 - Summercaravel, Lda.

1268 - Presente pedido com o registo nº 2197/18, datado de 07/12/2018, relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na

unidade balnear 05 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 524/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por **Summercaravel, Lda.**, com o NIPC 513 091 149, com sede na rua Dr. António Luís Gomes, n.º 1, r/c Dt.º, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente projeto aprovado pela ARH Centro, a 30/11/2018.

Presente informação técnica, datada de 17/12/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a construção de Apoio de Praia Completo com estabelecimento de restauração e bebidas, na unidade balnear 05 do plano de praia da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 524/18, com data de entrada de 07/12/2018, apresentado por Summercaravel, Lda., com o NIPC 513 091 149, com sede na rua Dr. António Luís Gomes, n.º 1, r/c Dt.º, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;**
- 2.- Deverá assegurar a realização da totalidade dos trabalhos necessários à conclusão da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º nº 2241/18, datado de 13/12/2018 - Proc.º n.º 530/18, datado de 13/12/2018 - SOCREBEL Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda

1269 - Presente pedido com o registo n.º 2241/18, datado de 13/12/2018, relativo a legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de restauração e bebidas, denominado como “Esplanada Âncora” inserido num equipamento designado como “Apoio de Praia Completo”, no areal da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 530/18, com data de entrada de 13/12/2018, apresentado por **SOCREBEL Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda**, com o NIPC 506 437 582, com sede na Avenida Marginal, S/N, lugar da Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente projeto aprovado pela ARH Centro, a 27/06/2018.

Presente informação técnica, datada de 14/12/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de alteração e ampliação de estabelecimento de restauração e bebidas, denominado como “Esplanada Âncora” inserido num equipamento designado como

“Apoio de Praia Completo”, no areal da Praia da Vieira, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 530/18, com data de entrada de 13/12/2018, apresentado por SOCREBEL Sociedade Comercial de Restauração e Bebidas do Liz, Lda, com o NIPC 506 437 582, com sede na Avenida Marginal, S/N, lugar da Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

3 - Nos termos do artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º nº 1889/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º n.º 522/16, datado de 23/12/2016 - Pereira Coelho - Transportes de Mercadorias Lda

1270 - Presente pedido com o registo n.º 1889/18, datado de 18/10/2018, relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20012, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11379, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 522/16, com data de entrada de 23/12/2016, cujo alvará de obras de construção, com o n.º 81/17, foi emitido a 16 de novembro de 2017, válido até 15 de novembro de 2019, apresentado por **Pereira Coelho - Transportes de Mercadorias Lda**, com o NIPC 504 825 569, com sede na travessa da Aventura, n.º 11, Brejo das Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 13/12/2018, que atesta encontrar-se o processo de alterações em obra em condições de ser aprovado, propondo o deferimento do processo.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a realizar em obra, ao abrigo do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20012, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11379, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 522/16, com data de entrada de 23/12/2016, cujo alvará de obras de construção, com o n.º 81/17, foi emitido a 16 de novembro de 2017, válido até 15 de novembro de 2019, apresentado por Pereira Coelho - Transportes de Mercadorias Lda, com o NIPC 504 825 569, com

sede na travessa da Aventura, n.º 11, Brejo das Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o aditamento ao alvará n.º 81/17, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 2013/18, datado de 07/11/2018 - Proc.º n.º 104/17, datado de 27/03/2017 - João Paulo Cerejo Fernandes

1271 - Presente requerimento n.º 2013/18, registado em 2018/11/07, subscrito por **João Paulo Cerejo Fernandes**, com o NIF 155222260, residente na Rua dos Loureiros, n.º 11, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de muros de vedação, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 63/18, do processo camarário n.º 104/17.

Presente parecer técnico, datado de 2018/12/10, que atesta encontrar-se o projeto em condições de ser aprovado.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, referente ao pedido de licenciamento do projeto de alterações da obra de construção de muros de vedação, formulado na vigência do Alvará de Obras de Construção n.º 63/18, do processo camarário n.º 104/17, para o prédio rústico sito na Travessa do Grupo Desportivo “Os Vidreiro”, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2136, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11538, apresentado por João Paulo Cerejo Fernandes, com o NIF 155222260, residente na Rua dos Loureiros, n.º 11, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção.

2- Mantêm-se as condições expressas nas alíneas a) e b) da Deliberação da Câmara Municipal de 2017/06/17, transcrevendo-se:

Assegurar:

a) Na construção dos muros entre extremas, em ambos os lados do prédio, na parte confinante com a via pública, numa extensão não inferior a 1,50 m a contar do limite ao espaço público, os muros não excedam a altura de 0,80m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem, ao valor referido, podem ainda elevar-se elementos gradeados, desde que, no seu cômputo geral, não exceda o valor máximo de 1,50 m de altura.

b) O bom acabamento e a pintura dos muros.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 2116/18, datado de 22/11/2018 - Proc.º nº 498/18, datado de 22/11/2018 - Isilda da Encarnação Ferreira Santos Pego

1272 - Presente requerimento nº 2116/18, datado de 2018/11/22, constante do processo camarário nº 498/18, subscrito por **Isilda da Encarnação Ferreira Santos Pego**, com o NIF 134455258, residente EM rua Dr. Campos Monteiro, nº 1, freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de duas moradias unifamiliares, anexos e muros”** existentes, implantadas sobre um prédio urbano, sito na estrada da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os nº 4127, dispondo dos artigos matriciais números 665 e 7489.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/11, que refere que o projeto de demolição apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “Demolição de duas moradias unifamiliares, anexos e muros” existentes, implantadas sobre um prédio urbano, sito na estrada da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os nº 4127, dispondo dos artigos matriciais números 665 e 7489, com o número de processo 498/18, com data de entrada em 2018/11/22, apresentado por Isilda da Encarnação Ferreira Santos Pego, com o NIF 134455258, residente EM rua Dr. Campos Monteiro, nº 1, freguesia e concelho de Torre de Moncorvo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o devido encaminhamento dos entulhos provenientes da demolição, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD's), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei nº 46/2008, de 12/03, sendo o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes do Anexo I ou II da Portaria nº 417/2008, de 11/06.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 1739/18, datado de 26/09/2018 - Proc.º nº 403/18, datado de 26/09/2018 - Florindo de Jesus Pereira dos Santos

1273 - Presente requerimento nº 1739/18, datado de 2018/09/26, constante do processo camarário nº 403/18, em nome de **Florindo de Jesus Pereira dos Santos**, com o NIF 111376629, com residência em rua dos Francos, nº 36, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre o prédio rústico descrito na Conservatória do Registo Predial de

Marinha Grande, sob o n.º 8681, e inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 3016, com a área total de 2.290,00m², localizado no lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/12/06, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque requerida, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2018/12/06, a Câmara delibera:

Deferir a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, sendo que, da área inicial do prédio com 2.290,00m², será destacada uma parcela com a área de 1.106,00m², ficando a parcela remanescente com a área de 1.184,00m².

Mais delibera mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 2245/18, datado de 14/12/2018 - Proc.º n.º 71/17, datado de 24/02/2017 - Luís Manuel Rino Matias

1274 - Presente requerimento n.º 2245/18, datado de 2018/12/14, constante do processo camarário n.º 71/17, subscrito por **Luís Manuel Rino Matias**, com o NIF 203324498, residente em avenida Victor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da **“Legalização da alteração e ampliação de moradia e anexo”** existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na avenida Victor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4748, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8475, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/03/23.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/12/17, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de moradia e anexo” existentes, a incidir sobre

um prédio urbano sito na avenida Victor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 4748, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 8475, com o número de processo 71/17, com data de entrada em 2017/02/24, apresentado por Luís Manuel Rino Matias, com o NIF 203324498, residente em avenida Victor Gallo, n.º 135, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 1843/18, datado de 11/10/2018 - Proc.º n.º 436/18, datado de 11/10/2018 - José António Coelho Marques e Zaida Frade Henriques Marques

1275 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1843/18, datado de 2018/10/11, constante do processo camarário n.º 436/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1876 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 855, da freguesia de Moita, apresentado por **José António Coelho Marques**, com o NIF 132564963 e por **Zaida Frade Henriques Marques**, com o NIF 159430852, ambos com residência em rua Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/12/01, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de alterações de moradia unifamiliar existente, muros de vedação, anexo e execução de pavimentação de berma”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito na rua 1.º de Maio, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1876 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 855, da freguesia de Moita, com o número de processo 436/18, com data de entrada em 2018/10/11, apresentado por José António Coelho Marques, com o NIF 132564963 e por Zaida Frade Henriques Marques, com o NIF 159430852, ambos com residência em rua Estrada da Nazaré, n.º 10, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/12/01, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o art. 73.º do

Regulamento Geral das Edificações Urbanas, visto o vão de iluminação do compartimento destinado a quarto da habitação, dispor de um obstáculo à sua normal iluminação, face à proposta de legalização da construção de um anexo de apoio à habitação, à distância de 1,53m, inferior à distância mínima de 3,00m exigida.

Mais delibera informar os requerentes, que a eventual correção ao projeto a apresentar, deverá prever também, os seguintes aspetos:

- 1. Apresentação de projeto atualizado da rede de águas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública de abastecimento de água e localização de contador;**
- 2. Projeto atualizado da rede de drenagem de águas residuais domésticas no que concerne ao traçado da rede com elementos representativos da ligação à rede pública, localização da caixa de ramal domiciliário para a rede predial das águas residuais domésticas.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 2083/18, datado de 16/11/2018 - Proc.º nº 528/17, datado de 24/11/2017 - Cecília da Conceição de Sousa e Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues

1276 - Presentes requerimentos n.º 2013/17, n.º 1702/18 e n.º 2083/18, registados em 2017/11/24, 2018/09/20 e 2018/11/16, respetivamente, subscritos por **Cecília da Conceição de Sousa**, com o NIF 113979460 e por **Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues**, com o NIF 113979428, residentes na Rua do Alto Alentejo n.º 8, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 528/17, registado em 2017/11/24, referente ao pedido de **licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia, obra de construção de muros e de obra de demolição de de construções existentes, incidentes no prédio urbano situado na Rua Alto Alentejo, antiga Rua n.º 49, n.º 4, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3460, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9462.**

Presente parecer técnico datado de 2018/12/06, desfavorável.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 2083/18 registados em 2018/11/16, subscrito por Cecília da Conceição de Sousa, com o NIF 113979460 e por Jorge Manuel de Figueiredo Rodrigues, com o NIF 113979428, residentes na Rua do Alto Alentejo n.º 8, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, constantes do processo camarário n.º 528/17, registado em 2017/11/24, referente ao pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia, obra de construção de muros e de obra de demolição de de construções existentes, incidentes no prédio urbano situado na Rua Alto Alentejo, antiga Rua n.º 49, n.º 4, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3460, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 9462, bem como do parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera notificar os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o

projeto violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Decreto Lei n.º 163/2006, de 08/08, por a instalação sanitária acessível não assegurar rede de espaços assentes nas normas técnicas de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nomeadamente, as normas descritas no ponto 4.1.1. quanto às dimensões da zona livre de aproximação à banheira, e normas constantes do ponto 2.9.19, alíneas 1) e 3), quanto à zona livre de manobra.

A Câmara Municipal delibera ainda informar que o projeto deve ainda ser revisto por forma a assegurar compatibilidade entre a designação e número de folha das peças desenhadas comparativamente à descrição constante do índice do projeto ou vice-versa.

No caso de ser considerada diferentes números de folha daquela que foram adotada nas peças desenhadas apresentadas a coberto dos requerimentos n.º 2013/17 e n.º 1702/18, registados em 2017/11/24 e 2018/09/20, respetivamente, deverá ser apresentada descrição dos números dos desenhos, suas designações, bem como das peças a serem substituídas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 860/18, datado de 04/05/2018 - Proc.º n.º 163/18, datado de 04/05/2018 - Maria Fernanda de Oliveira Coelho e Deolinda Maria Rodrigues Pereira

1277 - Presente requerimento n.º 860/18, registado em 2018/05/04, do processo camarário n.º 163/18, registado em 2018/05/04, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de um edifício de habitação coletiva** com 3 fogos de habitação, todos dúplex, com tipologia T3, dois pisos, com local de estacionamento individual a cada fogo, bem como o **licenciamento de construção de muros**, e, integrado no procedimento de licença de construção, o **licenciamento de obra de demolição das construções atualmente existentes**, no prédio urbano sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, lugar de Talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 3075 e n.º 3793, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3405, apresentado por **Maria Fernanda de Oliveira Coelho**, com o NIF 105277371, residente na Rua Senhora da Vitória, Bloco 4, 1º Esq., Rio Novo, Nazaré, e por **Deolinda Maria Rodrigues Pereira**, com o NIF 134542800, residente na Rua do Calvário, n.º 21, Lugar de Moinhos da Barosa, freguesia da Barosa, concelho de Leiria, ambas com representação atribuída a Sandrine Celeste Domingues Silva, com o NIF 218250568, residente na Rua da Pedrulheira, n.º 163, Outeiros da Fonte, Carvide.

Presentes pareceres técnicos datado de 2018/10/09 e de 12/11/2018, desfavoráveis.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 860/18, registado em 2018/05/04, do processo camarário n.º 163/18, registado em 2018/05/04, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de um edifício de habitação coletiva com 3 fogos de habitação, todos dúplex, com tipologia T3, dois pisos, com local de estacionamento individual a cada fogo, bem como o licenciamento de construção de muros, e, integrado no procedimento de licença de construção, o licenciamento de obra de demolição das construções atualmente existentes, no prédio urbano sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, lugar de Talhões de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 3075 e n.º 3793, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3405, apresentado por Maria Fernanda de Oliveira Coelho,

com o NIF 105277371, residente na Rua Senhora da Vitória, Bloco 4, 1º Esq., Rio Novo, Nazaré, e por Deolinda Maria Rodrigues Pereira, com o NIF 134542800, residente na Rua do Calvário, n.º 21, em Moinhos da Barosa, freguesia da Barosa, concelho de Leiria, ambas com representação atribuída a Sandrine Celeste Domingues Silva, com o NIF 218250568, residente na Rua da Pedrulheira, n.º 163, Outeiros da Fonte, Carvide, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera notificar as requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, nomeadamente por o projeto de construção violar normas legais e regulamentares, nomeadamente, por traduzir índice de construção bruto de 0,514, valor superior ao índice de construção bruto de 0.5 fixado para o local pelo n.º 9 do artigo 5.º do Regulamento do PDM e por as escadas de ligação dos pisos das habitações não assegurem número mínimo de degraus por lanço, conforme disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 65.º da portaria n.º 1532/2008, de 29/12 - Regulamento Técnico de Segurança Conta Incêndios em Edifícios.

A Câmara Municipal delibera ainda informar as requerentes do seguinte:

1- O acesso ao prédio proposto no projeto apresentado não reflete as orientações dadas por estes serviços em 21/02/2018, na sequência da reunião de atendimento realizada em 09/02/2018, devido ao acesso ao prédio como está proposto, apresentar problemas de conflitos de tráfego, pelo que a proposta deverá ser reformulada de modo a contemplar as seguintes situações:

- a) O passeio deverá dar continuidade ao passeio existente na Rua Dr. Franklin Vieira Dias de acordo com as orientações fornecidas por estes serviços;
- b) O acesso ao prédio deverá ser feito a a partir da Rua Dr. Franklin Vieira Dias ou em alternativa na Rua Santo António de Platina num acesso a criar, com um afastamento mínimo de 10m para sul da actual proposta, de modo que o acesso se faça afastado do entroncamento, por questões de segurança rodoviária.

2- Relativamente ao procedimento de licenciamento das construções atualmente existentes no prédio, desde já se alerta que a tramitação das etapas subsequente do pedido (apresentação final, emissão do alvará) deve ser assegurada a apresentação dos elementos descritos nas alíneas e), f), g) e j) do n.º 17 da Portaria n.º 113/2015 de 22/04.

3- Considerando que “moradia” respeita a um edifício autónomo de carácter unifamiliar, considerando que o projeto objeto do presente pedido de licenciamento respeita a um edifício de habitação coletiva, as peças gráficas e escritas do projeto devem ser revistas face à sistemática descrição/indicação de “moradia/moradias”.

4- O edifício apresenta profundidade medida a partir da fachada fronteira ao espaço público confinante de cerca de 35,80 m, traduzindo obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, conforme alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 2201/18, datado de 07/12/2018 - Proc.º nº 226/14, datado de 25/06/2014 - Vítor José Ricardo Leal

1278 - Presente processo de licenciamento n.º 226/14, em nome de **Vítor José Ricardo Leal**, com o NIF 113788711, residente em rua da Juventude, n.º 26 e 28, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao licenciamento da **“Legalização da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação de moradia existente”**, incidente sobre um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14131, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente requerimento n.º 817/18, datado de 2018/04/26, referente ao **“Pedido de Autorização de Utilização”** para o prédio urbano sito na rua da Juventude, n.º 26 e 28, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, indeferido por Despacho do Sr. Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, datado de 2018/06/14, face ao teor desfavorável do Auto de Vistoria, datado de 2018/05/28, respeitante à Vistoria Municipal realizada em 2018/05/23, sendo que, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 65.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014, de 09/09, *“as conclusões da Vistoria são obrigatoriamente seguidas na decisão sobre o pedido de Autorização.”*.

Presente exposição com registo de entrada n.º 1929/18, datado de 2018/10/23, pela qual o requerente vem rebater os motivos do indeferimento e requerer *“(…) que o auto de vistoria seja reanalisado, agora à luz dos novos elementos consubstanciados nos documentos que se juntam, e por fim a Câmara e serviços competentes decidam pelo DEFERIMENTO do pedido de autorização de utilização da moradia em causa.”*.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/12/17, referindo que as alterações detetadas na edificação, nomeadamente quanto à desconformidade com a implantação licenciada, carecem da apresentação do necessário processo de licenciamento tendo em vista a *“legalização da alteração de edificação”* existente, conforme determina a alínea c) do n.º 2 do art. 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Após a análise do processo licenciamento n.º 226/14, em nome de Vítor José Ricardo Leal, com o NIF 113788711, residente em rua da Juventude, n.º 26 e 28, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao licenciamento da “Legalização da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação de moradia existente”, incidente sobre um prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14131, da freguesia e concelho da Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art. 102.º do RJUE, DETERMINAR ao requerente que proceda à legalização das alterações detetadas na edificação aquando da realização da respetiva vistoria, concedendo-lhe o prazo de 120 dias para apresentar o necessário pedido de licenciamento, enquadrado na alínea c) do n.º 2 do art. 4.º do RJUE, conforme determina o n.º 1 do art. 102.º-A do referido regime jurídico.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**29. Req.º nº 2209/18, datado de 10/12/2018 - Proc.º nº 698/2018, datado de 10/12/2018 -
Cátia Vanessa Osório de Almeida Monteiro**

1279 - Presente requerimento registado sob o n.º 2209/18, datado de 10/12/2018, apresentado por Cátia Vanessa Osório de Almeida Monteiro, com o NIF 218720777, é solicitado uma vistoria ao imóvel onde reside, sito em Rua do Lamarão da Embra, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, apontando a existência de infiltrações, bem como de praga de ratos.

Presente parecer dos serviços, datado de 10/12/2018, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 10/12/2018, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Rua do Lamarão da Embra, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por Cátia Vanessa Osório de Almeida Monteiro, com o NIF 218720777, residente na mesma morada, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas, assim como promover a identificação de eventuais edificações ilegais.

NOTIFICAR a requerente, bem como o proprietário do imóvel, identificado pela requerente como Vítor Miguel Gomes Pereira, com morada na Rua da Embra, n.º 21, Pedrulheira, para estar presente na referida vistoria.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 09/01/2019, pelas 14h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheira Maria João Oliveira

Arquiteto Alexandre Fava

Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheiro Rui Vicente

Arquiteto Miguel Figueiredo

Dr. Hugo Areal

INFORMAR a requerente, bem como o proprietário do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 2211/18, datado de 10/12/2018 - Proc.º n.º 231/18, datado de 20/06/2018 - Farmi, Reparções, Lda.

1280 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 2211/18, datado de 10/12/2018 apresentado por **Farmi, Reparções, Lda.**, com o NIPC 502311460, com sede em Cova das Raposas, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para para o edifício objeto de legalização de ampliação, e de alteração de cobertura e de fachada, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização n.º 72/18, emitido em 21/11/2018.

Presente parecer técnico datado de 12/12/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício objeto de legalização de ampliação de edifício, e de alteração de cobertura e de fachada, titulada pelo alvará de obras de licença de legalização n.º 72/18, emitido em 21/11/2018 propriedade de Farmi, Reparções, Lda., com o NIPC 502311460, com sede em Cova das Raposas, Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Miguel Figueiredo
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. E/9961/2018: Reclamação de Ruído - Sequência Criativa - Componentes Para a Indústria, Lda., Rua Álvaro Cunhal, n.º 22, Marinha Grande - Determinação da Composição da Comissão de Vistorias

1281 - Presente ofício com a ref.^a DSF 737/18, datado de 22/10/2018, vem a CCDD - C, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, registado sob o n.º E/9961/2018, datado de 25/10/2018, solicitar informação sobre o licenciamento do estabelecimento sito na Rua Álvaro Cunhal, n.º 22, freguesia de Marinha Grande, explorado

por Sequência Criativa - Componentes para a Indústria, Lda., na sequência de reclamação sobre ruído de vizinhança, provocado pela laboração do referido estabelecimento.

Presente parecer técnico datado de 29/11/2018, sobre o assunto, e sobre a necessidade de se proceder a vistoria às instalações em causa, por forma a aferir a tipologia da atividade desenvolvida no local.

Presente parecer AM/06/2018, datado de 18/12/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria nos termos do disposto nos artigos 93.º, 94.º e 95.º do RJUE, para verificação da atividade desenvolvida no estabelecimento em laboração na Rua Álvaro Cunhal, n.º 22, freguesia de Marinha Grande, explorado por Sequência Criativa - Componentes para a Indústria, Lda., bem como para determinação de eventuais medidas de restauração e tutela da legalidade urbanística.

A Câmara Municipal analisou ofício remetido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro, bem como as informações datadas de 29/11/2018 e de 18/12/2018, e nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao estabelecimento sito na Rua Álvaro Cunhal, n.º 22, freguesia de Marinha Grande, explorado por Sequência Criativa - Componentes para a Indústria, Lda., com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Maria João
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Miguel Figueiredo
Fiscal Álvaro Letra

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Mais delibera informar a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, da data de realização da vistoria, convidando a referida entidade a designar um representante para estar presente na referida vistoria, caso entendam pertinente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 2222/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º nº 703/2018, datado de 11/12/2018 - Armando José Oliveira Neto

1282 - Presente requerimento registado sob o nº 2222/18, datado de 11/12/2018, apresentado por Armando José Oliveira Neto, com o NIF 122534875, residente em Rua Engº

André Navarro, n.º 6, freguesia e concelho de Marinha Grande, através do qual é solicitada autorização para remoção de parte da pala existente na fachada do edifício sito no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, alegando que a pala em causa, no estado em que se encontra, coloca em risco a segurança de pessoas e bens, tanto mais que a mesma se localiza na zona de acesso às frações habitacionais do edifício.

Presente parecer dos serviços, datado de 18/12/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 18/12/2015, e considerando que:

- O requerente alega que a pala existente na fachada do edifício sito no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, freguesia e concelho de Marinha Grande, no estado em que se encontra, coloca em risco a segurança de pessoas e bens, tanto mais que a mesma se localiza na zona de acesso às frações habitacionais do edifício.
- O requerente instruiu o seu pedido com declaração subscrita por engenheiro civil, respeitante ao estado em que se encontra a referida pala.
- Na declaração subscrita por engenheiro civil, é mencionado que da pala objeto da pretensão tinham caído para o passeio pedaços de reboco, referindo:
“O referido reboco soltou.-se, da pala, juntamente com o betão de recobrimento da armadura tendo deixado esta à vista. Verifica-se que a armadura visível se encontra num avançado estado de degradação. Na face superior da pala vê-se que o reboco e betão de recobrimento superior da armadura se está a deslocar da peça, notando-se já uma deformação apreciável, que indicia estar esta armadura em estado idêntico à exposta lateralmente. Salienta-se que a rotura desta armadura provocará a ruína da pala. O estado de degradação das armaduras inviabiliza a recuperação da pala, pelo que perante o risco de ruína se aconselha a sua demolição”.
- O requerente menciona que, desconhecendo-se o modo de reparação da pala, que depende do que for identificado no momento de execução dos trabalhos, face à degradação da mesma compromete-se a entregar oportunamente o competente processo de operação urbanística, logo que se conclua como o fazer. Desta forma, apenas após a intervenção se poderá concluir que a pala pode ser objeto de obras de reparação, isentas de controlo prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do RJUE, ou se terá que ser levado a cabo obra de demolição ou reconstrução, com eventual alteração de fachada, sujeita a controlo prévio.
- Tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes, sendo para tal determinação precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal (art.º 90.º do RJUE).
- Refere o n.º 8 do artigo 90.º do RJUE, a possibilidade de serem preteridas as formalidades de realização de vistoria prévia, *“quando exista risco eminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública”.*
- O requerente apresentou já um documento subscrito pelos restantes proprietários das frações que compõem o imóvel a autorizar entrega de pedido de reparação da pala, bem como declaração de perito a atestar a existência de risco de ruína da pala, localizada na entrada do edifício.

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do disposto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo 89.º e n.º 8 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR realização das obras necessárias a corrigir as más condições de segurança da pala localizada na zona de acesso às frações habitacionais do edifício sito no Largo Ilídio de Carvalho n.º 23, nos termos do previsto nos n.º 2 e n.º 3 do artigo 89.º do RJUE.

Notificar o requerente que deverá, no prazo de 30 dias, apresentar relatório sobre a intervenção, com as conclusões sobre a eventual necessidade de apresentação de procedimento de controlo prévio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 2221/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º n.º 702/2018, datado de 11/12/2018 - Condomínio do Prédio sito na Rua Professor Virgílio de Moraes n.º 4 e Parque de Estacionamento

1283 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Condomínio do Prédio sito na Rua Professor Virgílio de Moraes n.º 4 e Parque de Estacionamento**, com o NIPC 901518247, cujo administrador é a sociedade Cresmoel - Central de Reservas e Gestão de Habitações, Lda., com sede em Av. 1.º de Maio, n.º 3-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, respeitante ao edifício sito em Rua Professor Virgílio de Moraes, n.º 2 e 4/Largo 26 de Março de 1917, n.º 2, 4 e 6, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.246 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 10.815.

Presente parecer técnico datado de 18/12/018, sobre o assunto.

Considerando que:

- A delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande foi aprovada pela Assembleia Municipal da Marinha Grande na sua segunda reunião realizada no dia 1 de dezembro de 2014, da sessão ordinária de 24 de novembro de 2014, e publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 245, de 19 de dezembro de 2014 (Aviso n.º 14276/2014).

- A delimitação da ARU permite o acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos abrangidas por esta, quando objeto de ações reabilitação, iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020, nos termos do disposto nos n.º 20.º e n.º 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, na redação em vigor.

- De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais os prédios urbanos ou frações autónomas localizados em áreas de reabilitação urbana beneficiam dos seguintes incentivos:

a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;

b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;

c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

- Para que possam aceder a estes benefícios, devem ser preenchidas, cumulativamente, as seguintes condições, previstas no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação de edifícios promovidas nos termos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, ou do regime excecional do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril;

b) Em consequência da intervenção prevista na alínea anterior, o respetivo estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo, um nível bom nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e sejam cumpridos os requisitos de eficiência energética e de qualidade térmica aplicáveis aos edifícios a que se refere o artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro, sem prejuízo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril.

- Nos termos do n.º 4 do artigo 45.º do mesmo diploma, *“O reconhecimento da intervenção de reabilitação para efeito de aplicação do disposto no presente artigo deve ser requerido conjuntamente com a comunicação prévia ou com o pedido de licença da operação urbanística, cabendo à câmara municipal competente ou, se for o caso, à entidade gestora da reabilitação urbana, comunicar esse reconhecimento ao serviço de finanças da área da situação do edifício ou fração, no prazo máximo de 20 dias a contar da data da determinação do estado de conservação resultante das obras ou da emissão da respetiva certificação energética, se esta for posterior.”*

- O disposto no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, compete aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, ordenada pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012. A determinação do nível de conservação do imóvel deve obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, devendo ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal.

A Câmara Municipal delibera:

Determinar, considerando o disposto na alínea c) do n.º 23 do artigo 71.º do EBF, no artigo 65.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, e no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício sito em Rua Professor Virgílio de Moraes, n.º 2 e 4/Largo 26 de Março de 1917, n.º 2, 4 e 6, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1.246 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 10.815, solicitado por Condomínio do Prédio sito na Rua

Professor Virgílio de Moraes n.º 4 e Parque de Estacionamento, com o NIPC 901518247, cujo administrador é a sociedade Cresmoel - Central de Reservas e Gestão de Habitações, Lda., com sede em Av. 1.º de Maio, n.º 3-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, para efeitos de classificação do estado inicial do edifício, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de avaliação aprovada pelo mesmo diploma legal;

Mais delibera determinar que a vistoria seja realizada em 09/01/2019, pelas 10:30, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Arquiteto Miguel Figueiredo

Arquiteto Alexandre Fava

Membros suplentes:

Arquiteta Margarida Abraúl

Engenheira Maria João Oliveira

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. E/8648/2018 - Denúncia de restaurante a funcionar em más condições para a saúde pública - determinação da realização de vistoria.

1284 - Presente requerimento registado sob o n.º E/8648/2018, datado de 24/09/2018, através do qual é apresentada reclamação sobre a existência de um estabelecimento, denominado “Mega Cachorro”, localizado na Avenida José Vareda, n.º 22, a funcionar alegadamente sem condições de higiene e salubridade, subscrita por Maria Idalina, alegando, designadamente, a existência de deficiente exaustão de fumos, bem como a existência de pragas (ratos) na cave do estabelecimento.

Presente parecer emitido sobre o assunto, datado de 18/12/2018;

Considerando que:

- De acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, a Câmara Municipal determinar a execução de obras necessárias à correção das más condições de higiene, segurança ou de salubridade existentes.

- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do RJUE, a determinação de medidas que visem a correção de más condições de higiene, segurança ou de salubridade existentes, ou de condições que ofereçam perigo para a saúde pública, deve ser precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao estabelecimento sito no rés-do-chão do imóvel sito na Avenida José Vareda, n.º 22, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja entidade exploradora é

Elsa Marina Gomes do Couto Cruz, com o NIF 215341708, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de higiene e salubridade, ou ofereçam perigo para a saúde pública e segurança de pessoas e bens, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 16/01/2018, pelas 10h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

**Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Miguel Figueiredo
Dr. Hugo Areal**

NOTIFICAR a entidade exploradora do estabelecimento da realização da vistoria, convocando-o a estar presente na mesma, informando-a que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderá indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

INFORMAR a ARS Centro - Saúde Pública, bem como a Veterinária Municipal, da denúncia e da realização de vistoria, de modo a que possam integrar a Comissão de Vistorias, caso entendam pertinente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. E/11406/2018 - Pedido de ocupação de espaço público para passagem de cabo de fibra óptica em infraestruturas existentes - MEO, S.A.

1285 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/11406/2018, datado de 07/12/2018, apresentado por **MEO, S.A.**, com o NIPC 504394029, com ocupação de espaço público para instalação de cabos de fibra óptica em infraestruturas já existentes, a levar a cabo na **Praia da Vieira**, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande e em **S. Pedro de Moel**, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 07/12/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 17/12/2017 pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para instalação de cabos de fibra óptica em infraestruturas já existentes, a levar a cabo na Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande e em S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Deverão proceder à substituição das caixas de visita que apresentam a respetiva tampa danificada/deteriorada, por tampas novas (e respetivos aros) em ferro fundido, ficando de nível com o pavimento existentes.
- b) Deverá ser solicitada autorização para a realização dos trabalhos a executar na EN242-2 à entidade que gere esta via - Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- c) Relativamente aos trabalhos a executar em propriedade privada, deverão contactar os respetivos proprietários
- d) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- e) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. E/10825/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

1286 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/10825/2018, datado de 23/11/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Rua da Fonte Velha, Rua Augusto Costa, Rua da Portela, Rua das Portas Verdes e Rua Pereira Crespo**, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 16,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 11/12/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 13/12/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 16,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em **Rua da Fonte Velha, Rua Augusto Costa, Rua da Portela, Rua das Portas Verdes e Rua Pereira Crespo**, todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.

b) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;

c) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.

d) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. E/10434/2018 - Pedido de ocupação de espaço público com abertura de vala para execução ramais domiciliários de gás natural - Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A.

1287 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/10434/2018, datado de 12/11/2018, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Avenida dos Pescadores, Rua da Foz, Rua Engº Lopes Serra, Rua da Lagoa, Rua António Luís Gomes e Rua António Vitorino**, Praia da Vieira, todas da freguesia de Viera de Leiria e concelho de Marinha Grande, num total de 1.102,00 metros.

Presente parecer técnico da Divisão de Qualidade de Vida, datado de 22/11/2018, sobre o assunto, bem como despacho proferido em 17/12/2018 pelo do Sr. Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de 16,00 metros de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo **em Avenida dos Pescadores, Rua da Foz, Rua Engº Lopes Serra, Rua da Lagoa, Rua António Luís Gomes e Rua António Vitorino**, Praia da Vieira, todas da freguesia de Viera de Leiria e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

a) Na Av. dos Pescadores, tendo em atenção que o pavimento do passeio é em calçada miúda de calcário e o pavimento da gare de estacionamento é em betuminoso, deve sempre que possível a rede ser executada em passeio;

b) Na Rua da Foz, o atravessamento da faixa de rodagem deve ser realizado na junta dos pavimentos betuminosos;

- c) Na Rua Eng.º Lopes Serra, o atravessamento da faixa de rodagem deve ser realizado na junta entre o pavimento betuminoso e o pavimento em calçada grossa;
- d) Na Rua da Lagoa, o atravessamento junto à Av. Dos pescadores deve ser realizado na junta dos pavimentos betuminosos;
- e) Na Rua António Vitorino, tendo em atenção que o pavimento é em betuminoso em bom estado de conservação, o atravessamento junto ao cruzamento com a Rua Dr. António Luis Gomes deve ser realizado na junta entre o betuminoso e a calçada grossa
- f) Em todos os locais da intervenção os pavimentos e sinalização horizontal devem ser repostos nas devidas condições
- g) A reposição dos pavimentos deve ser executada com materiais de características e espessuras iguais às existentes, podendo a Câmara Municipal exigir a utilização de material de reposição novo, quando considere necessário.
- h) Os trabalhos de reposição devem incluir a remoção de todos os materiais não utilizados, terras sobrantes, entulhos e equipamentos provisórios, a reposição dos equipamentos, subterrâneos ou de superfície, ou construções afetados ou danificados e a reposição do pavimento retirado e/ou afetado pelo curso destes trabalhos;
- i) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- j) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º nº 1869/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 183/14, datado de 30/05/2014 - Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC)

1288 - Presente pedido com o registo n.º1869/18, datado de 15/10/2018, apresentado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC), referente a reclamação submetida àquela entidade por Susana e Jorge Silva, residentes no n.º 7 da rua Aníbal H. Abrantes, relativa ao ruído proveniente do estabelecimento de comércio sito na avenida 1º de Maio, na Marinha Grande, denominado como Lidl & Companhia, a solicitar informações relativamente ao licenciamento desse estabelecimento, assim como quanto a eventuais ações que a Câmara tenha tomado ou venha a tomar relativamente à questão suscitada;

Presente parecer técnico, datado de 11/12/2018, que informa quais os processos de licenciamento a que o estabelecimento se conformou até à presente data, e propõe a execução de procedimentos para a aferição das questões reportadas na reclamação em causa.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Que se NOTIFIQUE a sociedade Lidl & Companhia, exploradora do estabelecimento sito na avenida 1º de Maio, na Marinha Grande, nos termos do n.º 5 do artigo 12º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual, para executar e apresentar, no prazo de 15 dias a contar da data da notificação, ensaios acústicos atualizados que permitam proceder à

avaliação acústica das fontes de ruído existentes e instaladas no edifício, face aos recetores sensíveis existentes na sua periferia, deste diploma regulamentar, assim como propor e implementar as eventuais medidas corretivas que resultem dessa avaliação, de modo a assegurar o cumprimento do RGR, sob pena da adoção, por parte da Câmara, das medidas cautelares que se venham a entender como necessárias, no âmbito do disposto no artigo 27º do RGR;

Informar a Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC) do teor do parecer técnico datado de 11/12/2018, no que se refere ao procedimento de licenciamento do edifício em causa, assim como das diligências entretanto tomadas, face às questões suscitadas por esta entidade, no âmbito do seu processo DSF_2018_0148_101000 15016/18-09-12 ID 106888.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Req.º nº 2219/18, datado de 11/12/2018 - Proc.º n.º 256/18, datado de 04/07/23018 - TECNIMOPLAS - Indústria Técnica de Moldes, Lda

1289 - Presente pedido com registo de entrada n.º 2219/18, de 11-12-2018, em nome de **TECNIMOPLAS - Indústria Técnica de Moldes, Lda**, com sede na Rua de Leiria, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, titular do processo de licenciamento n.º 256/18, referente à sujeição da operação urbanística de ampliação de um estabelecimento industrial, num prédio sito na mesma morada, ao quadro de benefícios previstos no Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande, que se dá por reproduzido.

Presente minuta do contrato de apoio ao emprego e empreendedorismo, a celebrar entre a interessada e o Município da Marinha Grande.

A afirmação da Marinha Grande como um concelho economicamente desenvolvido, que constitui uma referência nacional e internacional, impõe que o Município da Marinha Grande acompanhe esse impulso e contribua, de forma efetiva, para que a atividade económica beneficie das melhores condições para investir e se desenvolver.

O momento atual, de relançamento da economia, impõe que o Município adote políticas de apoio ao investimento, que favoreçam a sua concretização rápida e sustentada em parâmetros de natureza social, designadamente criação de postos de trabalho.

O Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande visa, no âmbito das atribuições municipais, incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande e, simultaneamente, a criarem emprego.

A redução ou isenção de taxas, devidas pela realização de operações urbanísticas, dirige-se aos investimentos de reconhecido interesse social e económico municipal e é graduada em função do número de postos de trabalho a criar.

O artigo 119, n.º 3, alínea f), do Regulamento Municipal da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, concede à Câmara Municipal a competência para deliberar sobre a isenção ou redução das taxas devidas pela realização de operações urbanísticas destinadas a indústrias que sejam reconhecidas como de especial interesse social e económico.

Adequa-se, claramente, aos conceitos previstos naquela norma regulamentar a concessão de benefícios, que visam fomentar, na medida do possível, a criação de emprego e o desenvolvimento económico, assim como a instalação de novas unidades industriais.

No caso em apreço a entidade requerente assumiu o compromisso de criar 5 postos de trabalho, na unidade industrial objeto de licenciamento. Encontra-se, assim, preenchido o pressuposto de aplicação do mencionado programa. Nestes termos o pedido está enquadrado no patamar que confere a redução de 50% das taxas urbanísticas, identificadas no anexo que integra a minuta do contrato a celebrar.

A Câmara Municipal delibera, em conformidade com as regras constantes do Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande e com o artigo 119.º, n.º 3, alínea f), do Regulamento da Edificação e da Urbanização do Município da Marinha Grande, aprovar a inclusão da operação urbanística de ampliação de uma unidade industrial, num prédio sito na Rua de Leiria, Embra, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, licenciada por deliberação camarária datada de 10-12-2018, cujo processo tramitou sob o n.º 256/2018, em nome de TECNIMOPLAS - Indústria Técnica de Moldes, Lda, com sede na já mencionada morada, no âmbito do citado Programa de Apoio ao Emprego e ao Empreendedorismo no Concelho da Marinha Grande e, consequentemente, conceder-lhe a redução das taxas municipais em 50%, nos exatos termos constantes da minuta de contrato que igualmente aprova, se dá por integralmente reproduzida e fica anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA

INTERVENÇÃO CULTURAL

40. Admissão de candidaturas para atribuição de apoio ou benefícios a entidades de natureza cultural. 1.º trimestre de 2019

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1290 - Presente grelha de classificação e relatório da Comissão de Apreciação das Candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou outra, nomeada pelo Despacho n.º 297, de 11 de julho de 2018, da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, relativa às candidaturas a seguir mencionadas, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO DE CANDIDATURA
E/8700/2018	Social	PVMG - Projetos de vida Cooperativa Social, Cultural e Recreativa	Comemoração do Dia Mundial da Poesia	Pontual
E/8783/2018	Outros	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro 1934	Pontual
E/8787/2018	Desporto	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Torneio Ténis de Mesa	Pontual
E/9060/2018	Cultura	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	Pontual
E/9078/2018	Desporto	Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez	Pontual
E/9158/2018	Cultura	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Espectáculo Cultural de Variedades	Pontual

Considerando:

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido nos nºs 4 e 5, do artigo 13º do Regulamento;
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;
- Que é proposto pela comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, relatório e grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.
- Que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Propõe-se, atendendo à classificação final obtida em sede de avaliação, a **ADMISSÃO** das candidaturas abaixo referidas:

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8700/2018	Social	PVMG - Projetos de vida Cooperativa Social, Cultural e Recreativa	Comemoração do Dia Mundial da Poesia	32
E/8783/2018	Outros	STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro 1934	32,8
E/8787/2018	Desporto	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Torneio Ténis de Mesa	34,4
E/9060/2018	Cultura	Clube dos Músicos da Marinha Grande	Vamos dar Música à Marinha	31
E/9078/2018	Desporto	Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez	37,4
E/9158/2018	Cultura	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Espectáculo Cultural de Variedades	26,2

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas acima referidas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural: STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira. Comemorações do 18 de janeiro de 1934.

1291 - Presente deliberação na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Atividade Pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8783/2018	501082832	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de janeiro de 1934 (a decorrer em janeiro de 2019)	32,8 pontos

Presente informação com n.º de registo I/3194/2018, de 17 de dezembro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **STIV - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira** preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro para a realização das **Comemorações do 18 de janeiro de 1934**.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no Regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	AÇÃO	VALOR ATRIBUIR
E/8783/2018	501082832	Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de janeiro de 1934 (a decorrer em janeiro de 2019)	32,8 pontos	2018/A/168	1.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

42. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

1292 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 26 de novembro de 2018, com o registo n.º E/11204/2018. A visita será realizada grupos de alunos de História e Geografia de Portugal da Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens, no total de cerca de 175 alunos e professores acompanhantes, e encontram-se agendadas para os dias 22, 23, 24, 29 e 30 de janeiro de 2019.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no artigo 14.º n.º 3 alínea a), do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, que isenta o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro nos dias 22, 23, 24, 29 e 30 de janeiro de 2019, para um total de cerca de cento e setenta e cinco alunos e professores acompanhantes, da Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens, conforme previsto no citado artigo 35.º n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. Proposta de Protocolo de Parceria entre os Municípios de Leiria e Marinha Grande - Rede Cultura 2027

1293 - Presente ofício da Câmara Municipal de Leiria com o registo de entrada E/8373/2018, de 17 de setembro, acompanhada por proposta de protocolo de parceria a estabelecer entre os dois municípios no âmbito da Candidatura da Cidade de Leiria a Capital Europeia da Cultura 2027.

Presente informação interna da Divisão Desenvolvimento da Cidadania com número de registo I/3087/2018, de 03 de dezembro, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal da intenção da Câmara Municipal de Leiria de celebrar um **Protocolo de Parceria** para a constituição da **Rede Cultura 2027**, que visa a prossecução de objetivos comuns, resultantes de um trabalho colaborativo e articulado entre as diferentes entidades integrantes da Rede.

Considerando que o conjunto dos municípios que constituem a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria já manifestou em julho de 2018 o seu apoio incondicional à candidatura leiriense;

Considerando que a proposta da Câmara Municipal de Leiria no sentido da constituição de uma rede cultural - Rede Cultura 2027, pode potenciar e maximizar as mais valias de cada uma das cidades parceiras;

Considerando que desta forma se confere maior escala à candidatura que a Cidade de Leiria prepara e se abre a possibilidade de também a Marinha Grande poder beneficiar da discussão e das ações concretas que resultarão deste percurso até à apresentação da candidatura a nível nacional;

Considerando que o Município dispõe de atribuições na área da cultura, nos termos da alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na redação atual;

A Câmara Municipal ao abrigo da competência conferida pela alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º e alínea r), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a minuta a proposta de protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Leiria, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, e autorizar a sua celebração, nos exatos termos dele constantes.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

44. Proposta de Protocolo a celebrar entre o Município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS, que tem como objeto o reforço de meios humanos da Comissão da Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande

1294 - Considerando que a Câmara Municipal da Marinha Grande considera essencial e imprescindível o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande, quer pela sua atuação nas situações de perigo, quer no quadro da promoção dos direitos das crianças e dos jovens e da prevenção de situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considerando que esta prioridade municipal implica um reforço dos meios humanos, tecnicamente habilitados, a exercer um conjunto de funções que garantem de forma eficaz o desempenho das matérias inseridas na competência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.

Considerando que o reforço dos meios humanos tem sido assegurado através de um mecanismo que não encontrava suporte direto na lei. Esta situação foi alterada recentemente através do artigo 20.º-A, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Considerando que a norma citada confere habilitação legal ao estabelecimento de um protocolo entre a Comissão Nacional e qualquer uma das entidades representadas na comissão alargada, com vista ao reforço dos meios humanos, em função da qualificação da resposta protetiva, para apoio à atividade da comissão restrita.

Considerando que é imprescindível para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande a afetação de 2 técnicos superiores (um regime de tempo integral e outro em regime de tempo parcial), que apoiem a atividade da comissão restrita, pelo que se torna necessária a outorga de um protocolo entre esta autarquia e a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco.

Considerando que a associação ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande é uma instituição particular de solidariedade social e integra a Comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Marinha Grande.

A Câmara Municipal no uso da competência prevista na alínea u) do artigo 33º da Lei 75/2013, e ao abrigo da Lei 142/2015, de 08 de setembro, aprova a minuta do Protocolo de Cooperação a celebrar entre o município da Marinha Grande, a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco e a ADESER II - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social da Região da Marinha Grande, IPSS, que se anexa e se dá por integralmente reproduzida.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

ATIVIDADE FÍSICA

45. Candidatura para apoio ou benefícios a conceder a entidades desportivas, análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Sporting Clube Marinhense

Os Srs. Vereadores do MpM fizeram o seguinte comentário:

“Nesta lista estão todos os clubes com direito a apoio financeiro pelo desenvolvimento desportivo da época 2018/2019?”

Solicitamos que após estarem todos os clubes, nos seja enviada a lista completa.

Como sabemos, os critérios utilizados estão completamente desajustados da realidade, noto que, estes critérios vêm de 1995, 1999, 2012 e recentemente, a 1 de agosto, fizemos um pequeno ajustamento, mas longe de tornar estes critérios claros, transparentes e justos.

Recordo ainda que a 1 de agosto foi assumido pela Sra. vereadora do desporto que iria rapidamente apresentar um regulamento mais adequado à realidade atual. Passaram mais de quatro meses e nada foi feito, sendo que, para a época atual continuamos a utilizar critérios com 23 anos, desatualizados.

Basta recordar que há clubes que têm exigido justiça, como exemplo o SCM e o ACM, que aqui temos repetidamente falado, com argumentos irrefutáveis, e que este executivo permanente, insiste em não responder. Hoje trazemos alguns apoios ao SCM, finalmente entenderam o que dizia o clube, ainda bem que o final do ano chegou.

Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios à atividade federada dos clubes. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o clube, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que logo que tenha a lista dos apoios, irá enviá-la para todos os Srs. Vereadores.

Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação os pontos referentes à atribuição de apoios.

1295 - Presente informação n.º 3151/2018 da DDC, datada de 12 de dezembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 297/2018, datado de 11 de julho de 2018, relativa à proposta de admissão de candidatura do Sporting Clube Marinhense nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de infraestruturas de caráter desportivo:

Infraestruturas

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8274/2018	07/09/2018	Sporting Clube Marinhense	501150544	Obras de Conservação e Reabilitação de Instalações	Infraestruturas

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;

- Que as candidaturas admitidas ficam seleccionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente:

Infraestruturas:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8274/2018	Sporting Clube Marinhense	501150544	Obras de Conservação e Reabilitação de Instalações	35,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

46. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Grupo Desportivo “Os Vidreiros”

1296 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Grupo Desportivo “Os Vidreiros” apresentou em 12 de outubro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futebol na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando que existe no Plano de Atividades Municipais ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

GRUPO DESPORTIVO “OS VIDREIROS”	500885044	9.182,00€
--	------------------	------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em

processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

47. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Clube Desportivo Moitense

1297 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas,

escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Clube Desportivo Moitense, apresentou em 13 de novembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Futsal época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

CLUBE DESPORTIVO MOITENSE	501216049	1.000,00€
----------------------------------	------------------	------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

A verba está cabimentada na ação 2016/A/183 do Plano de Atividades Municipais.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - Sporting Clube Marinhense

1298 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização

desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que o Sporting Clube Marinhense apresentou em 19 de julho de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de Basquetebol, Hóquei em Patins e Patinagem Artística na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência rubrica orçamental na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	53.735,00€
----------------------------------	------------------	-------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

49. Atribuição de apoio financeiro e aprovação do contrato programa de desenvolvimento desportivo época desportiva 2018/2019 - EAS Academia de Futebol da Marinha Grande

1299 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva, e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação da cidade da Marinha Grande, tem-lhes atribuído apoios financeiros de acordo com os critérios de financiamento à atividade física federada aprovados, em 01 de agosto de 2018 necessariamente conjugados com, os “Critérios de Financiamento à Atividade Física” aprovados em deliberação de câmara, de 26 de setembro de 2012, com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09 de setembro de 1999 e com os critérios originais criados em 1995, celebrando com estes contratos-programa conforme exigência legal.

O valor do apoio financeiro a atribuir resulta da aferição do número de atletas inscritos nas associações e/ou federações, em função de cada uma das modalidades desportivas, escalões, equipas, número de jogos efetuados como visitante, a participação nos diversos tipos de campeonatos, com base nos limites definidos nos critérios e nos documentos oficiais das respetivas associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Considerando que desde há vários anos que as candidaturas aos Programas de Desenvolvimento Desportivo são efetuadas em setembro, sendo o apoio financeiro apreciado e deliberado até final do ano em curso.

Considerando que a EAS Academia de Futebol da Marinha Grande, apresentou em 28 de setembro de 2018 uma candidatura a apoio financeiro para o desenvolvimento de um Programa de Desenvolvimento Desportivo para a modalidade de futebol na época 2018/2019, em anexo.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada.

Considerando a existência de rubrica orçamental na ação 2016/A/183.

Considerando ainda os Critérios de Financiamento à Atividade Física acima referidos.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo, com a entidade mencionada no quadro resumo abaixo:

EAS ACADEMIA DE FUTEBOL DA MARINHA GRANDE	509495281	15.084,00€
--	------------------	-------------------

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade acima descrita.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

50. Atribuição de apoio – Grupo Desportivo Casa Águia Competição - Participação em provas de pesca desportiva

1300 - Presente deliberação de 13 de agosto de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/9633/2017	Grupo Desportivo Casa Águia Competição	505233959	Participação em Provas de Pesca Desportiva	29,6

Presente informação n.º I/1596/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, o Grupo Desportivo casa Águia Competição preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência rubrica orçamental registada na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Grupo Desportivo Casa Águia Competição	Participação em Provas de Pesca Desportiva	505233959	29,6	2018 / A / 189	1.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51. Atribuição de apoio – Associação Portuguesa de Deficientes - “Desporto para Todos”

1301 - Presente deliberação de 19 de março de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8750/2017	Associação Portuguesa de Deficientes	501129430	Desporto para Todos	34,2

Presente informação nº I/1595/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a **Associação Portuguesa de Deficientes** preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de rubrica orçamental registada na na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Portuguesa de Deficientes	“Desporto para Todos”	501129430	34,2	2018 / A / 189	2.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

52. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Industrial Desportivo Viegrense

A **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira** comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte da secção de patinagem do Industrial Desportivo Viegrense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1302 - Presente Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2018, aprovado através de deliberação de câmara municipal de 28 de maio de 2018;

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Industrial Desportivo Viegrense	501 254 242	02 julho de 2018

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2018 e que acarretam custos.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2018, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos parceiros a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando que o valor do apoio proposto de 1.840,00€ (mil e oitocentos e quarenta euros), resulta da aplicação da cláusula 8.ª do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade, para um total de 46 participantes.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Industrial Desportivo Viegrense	501 254 242	1.840,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2018/A/91

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

53. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Centro Social Paroquial Vieira de Leiria

1303 - Presente Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2018, aprovado através de deliberação de câmara municipal de 28 de maio de 2018;

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	04 julho 2018

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2018 e que acarretam custos.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2018, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos parceiros a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando que o valor do apoio proposto de 1.000,00€ (mil euros), resulta da aplicação da cláusula 8.ª do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade, para um total de 25 participantes.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Centro Social Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1.000,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2018/A/91

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minuta de contrato em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

54. Programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade. Atribuição de apoio financeiro no ano de 2018 - Clube Desportivo Moitense

1304 - Presente Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade no ano de 2018, aprovado através de deliberação de câmara municipal de 28 de maio de 2018;

Presente a candidatura apresentada pela seguinte entidade:

ENTIDADE	NIF	DATA DE ENTRADA
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	02 julho de 2018

Considerando que com este programa, promovido pelo Município da Marinha Grande, se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que o programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade tem vindo a ser realizado desde 2006 pelo Município da Marinha Grande, em parceria com algumas entidades do concelho.

Considerando que as atividades têm vindo a ser desenvolvidas, desde essa altura, por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.

Considerando que as atividades estão a ser realizadas desde o início do ano de 2018 e que acarretam custos.

Considerando que as associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2018, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização.

Considerando que a entidade acima identificada se encontra em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerado que o apoio financeiro deveria ter sido atribuído antes do início da realização das atividades.

Considerando os atrasos na entrega de documentação para que os clubes/associações reunissem as condições necessárias para trazer à Câmara a atribuição dos apoios financeiros.

Considerando os atrasos verificados e acima expostos, e não podendo ser imputada aos parceiros a total responsabilidade pelos atrasos verificados.

Considerando que o valor do apoio proposto de 920,00€ (novecentos e vinte euros), resulta da aplicação da cláusula 8.ª do Programa de Funcionamento da Atividade Física para a 3.ª Idade, para um total de 23 participantes.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à entidade abaixo designada, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	VALOR
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	920,00€

A verba está prevista em Plano de Atividades Municipais na ação 2018/A/91

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a nova minuta de contrato em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária, que estabelece os termos desta parceria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

55. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sporting Clube Marinhense - Patrocínio desportivo.

1305 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente pedido de apoio financeiro do Sporting Clube Marinhense, com vista ao reconhecimento do mérito desportivo em competições nacionais, registado através da entrada n.º 8271/2018, de 7 de setembro.

Considerando que o Sporting Clube Marinhense, na modalidade de Hóquei em Patins, seniores masculinos, compete atualmente na 1.ª divisão nacional, promovendo o nome da Marinha Grande noutras cidades, e prestigiando o concelho numa competição desportiva de elevado mérito.

Considerando que, pela via competitiva na realização de jogos, existirá a possibilidade de ocorrerem jogos com transmissão televisiva, alavancando o nome da Marinha Grande para todo o país.

Considerando que a inserção de publicidade nas camisolas da equipa sénior masculina de Hóquei em Patins, é uma opção que trará visibilidade, com elevado retorno para o concelho, sendo um veículo de promoção desportiva e de desenvolvimento turístico.

Considerando que o artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, é omissa na modalidade de apoio proposto, nomeadamente em matéria de publicidade institucional.

Considerando que o artigo 27.º do Regulamento determina que *“os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande”*;

Considerando o reconhecido mérito do trabalho desenvolvido pelo Sporting Clube Marinhense em prol do desporto em geral e em prol da divulgação da Marinha Grande, premiado pela participação na 1.ª Divisão nacional de Hóquei em Patins;

Considerando que importa garantir a promoção do concelho, através da disponibilização de espaço destinado à publicidade institucional do Município, nas camisolas ou outras formas de divulgação utilizadas pelas equipas que participam nos campeonatos nacionais de 1.ª divisão;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios do desporto e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando a existência rubrica orçamental na ação 2018/A/189.

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal apreciou e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	AÇÃO	MONTANTE
Sporting Clube Marinhense	Inserção de publicidade nas camisolas	501150544	2018/A/189	15.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

56. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sporting Clube Marinhense - Obras de conservação e reabilitação de instalações.

1306 - Presente deliberação de câmara, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou

Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Infraestruturas:

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8274/2018	Sporting Clube Marinhense	501150544	Obras de Conservação e Reabilitação de Instalações	35,8

Presente informação nº I/3185/2018, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, o Sporting Clube Marinhense, preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando a existência rubrica orçamental na ação 2016/A/188;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Considerando que a entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Autoridade Tributária, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Administrativa e Financeira deste município.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sporting Clube Marinhense	Obras de Conservação e Reabilitação de Instalações	501150544	35,8	2016 / A / 188	50.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

57. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza desportiva em 2019. Sport Operário Marinhense - Torneio de xadrez Memorial Dr. José Vareda

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que faz parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A Sr.ª Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1307 - Presente deliberação, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Atividade Pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/9078/2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez "Memorial Dr. José Vareda"	37,4

Presente informação com n.º de registo I/3187/2018, de 17 de dezembro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Sport Operário Marinhense** preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro para a realização do Torneio de Xadrez "Memorial Dr. José Vareda".

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de rubrica orçamental registada na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no Regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	AÇÃO	VALOR ATRIBUIR
E/9078/2018	501417702	Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez "Memorial Dr. José Vareda"	37,4	2018/A/189	600,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora do MpM, Mêlina Mira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

58. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza desportiva - Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º Janeiro - Torneio de ténis de mesa em 2019.

1308 - Presente deliberação, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do

n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Atividade Pontual:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8787/2018	501623051	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Torneio Ténis de Mesa	34,4 pontos

Presente informação com n.º de registo I/3191/2018, de 17 de dezembro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro** preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro para a realização do Torneio de Ténis de Mesa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de rubrica orçamental registada na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no Regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	AÇÃO	VALOR ATRIBUIR
E/8787/2018	501623051	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Torneio Ténis de Mesa	34,4 pontos	2018/A/189	1.500,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato- Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Depois de aprovados os apoios, a **Sr.ª Vereadora Lara Lino** congratulou-se com a atribuição de apoios ao SCM, finalmente, e espera que se reflitam também noutros clubes. Disse que também concorda com o apoio para o pavilhão, e espera que o mesmo tenha sido concertado e acordado com o clube.

Por último, relativamente ao ponto 59, referente ao apoio ao piloto de ralis Rafael Cardeira, referiu que os critérios não constam no regulamento, pelo que gostaria de perceber qual foi o critério adotado.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que se trata de um patrocínio, a atribuir ao piloto, porque não é patrocinado por nenhum clube.

Seguiu-se a discussão do ponto e foram colocadas dúvidas. A **Sr.ª Presidente** mostrou-se disponível para acolher propostas dos Srs. Vereadores para alterar a proposta presente.

Não havendo qualquer sugestão, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

59. Atribuição de apoio ao piloto de ralis Rafael Cardeira para efeitos de participação no Campeonato de Portugal de Ralis.

1309 - A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente pedido de apoio, com o registo de entrada E/2835/2018, de 22 de março de 2018, do Rafael Nobre Vidal Silvestre Cardeira, piloto de ralis participante no campeonato de Portugal de Ralis.

Presente declaração do Sporting Clube de Portugal, com registo de entrada n.º E/7818/2018, de 28 de agosto, a atestar que foi estabelecido um protocolo de cooperação com o Piloto Rafael Cardeira, sem qualquer contrapartida financeira.

Considerando que o Piloto Rafael Cardeira, compete atualmente no Campeonato de Portugal de Ralis, promovendo o nome da Marinha Grande noutras cidades, e prestigiando o concelho numa competição desportiva de elevado mérito.

Considerando que a inserção de publicidade no carro de competição, é uma opção que trará visibilidade, com elevado retorno para o concelho, sendo um veículo de promoção desportiva e de desenvolvimento turístico.

Considerando que, pela via competitiva na realização das provas, existirá a possibilidade de ocorrerem transmissões televisiva, alavancando o nome da Marinha Grande para todo o país.

A Câmara Municipal pode atribuir patrocínios financeiros a agentes desportivos (amadores) que projetem internacionalmente o nome de Portugal, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Considerando que o artigo 7.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, é omissa na modalidade de apoio proposto, nomeadamente em matéria de publicidade institucional.

Considerando que o artigo 27.º do Regulamento determina que *“os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande”*.

Considerando que importa garantir a promoção do concelho, através da disponibilização de espaço destinado à publicidade institucional do Município.

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios do desporto e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas f) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando a existência rubrica orçamental na ação 2018/A/189.

A Câmara Municipal apreciou e delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, conjugado com o artigo 27.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o que estabelece que “os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande”, atribuir ao agente desportivo Rafael Nobre Vidal Silvestre Cardeira, contribuinte fiscal n.º 259412783, um patrocínio desportivo no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), para a participação nos Campeonatos de Portugal de Ralis de 2018 e 2019.

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo, a celebrar com o agente desportivo acima descrita.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções, dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Mêlina Mira, e dos Srs. Vereadores da CDU, Lara Lino e José Luís Sousa.

Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre

arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

PROMOÇÃO SOCIAL, SAÚDE E VOLUNTARIADO

60. Transferência habitacional dos inquilinos da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 4º frente esq para a fração correspondente ao bloco L, 3.ºdto, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.

1310 - Presente informação n.º 3107 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 06 de dezembro de 2018, a propor a transferência habitacional dos arrendatários em causa, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.

Considerando que esse agravamento, adveio da passagem da tempestade Leslie, pelo território português, no mês de outubro.

Considerando a falta de condições de habitabilidade, devidamente identificadas pela técnica que realizou visita domiciliária, no dia 06 de dezembro de 2018;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, os inquilinos reúnem critérios que lhe conferem o direito à transferência de habitação;

Considerando que existe uma habitação social disponível na Avenida da Liberdade, 3.º Dto do Bloco L e que apresenta todas as condições necessárias de habitabilidade;

Considerando por último, que os inquilinos já visitaram a habitação anteriormente referida e que inclusivamente manifestaram interesse na mesma, ora pelas condições da habitação, ora pela localização geográfica.

Perante a urgência de resposta, somos de propor a transferência deste agregado familiar para a fração correspondente ao 3.º Dto do Bloco L, da Avenida da Liberdade.

Mais se propõe, a aprovação da minuta do contrato de arrendamento.

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 26 de setembro, conjugada com o nº1 e alínea c) do n.º 5 do artigo 16.º- da Lei n.º 81/2014, autorizar a transferência dos inquilinos, do bloco M, 4º Frente Esq - Avenida da Liberdade, para a fração correspondente ao bloco L, 3.º Dto - Avenida da Liberdade.

Mais delibera aprovar a presente minuta de contrato de arrendamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

61. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado da inquilina residente na Rua da Charnequinha, bloco 46 r/c esq- Moita, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

1311 - Presente informação n.º 3116 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 07 de dezembro de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)"

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADORA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/18	RENDA/19
Rua da Charnequinha	46	R/C ESQ	09/2005	189,40€	39,40€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de fevereiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

62. Transferência habitacional da inquilina da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 3ºdto frente para a fração correspondente ao bloco L, 3.º drt frt, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade- revogação.

1312 - Por deliberação camarária, de 12 de novembro de 2018, foi autorizada a transferência da inquilina, do bloco M, 3º Dto Frente - Avenida da Liberdade, para a fração correspondente ao bloco M, 2º ESQ - Avenida da Liberdade e, ainda, aprovada minuta de contrato de arrendamento.

Por comunicação, através do registo de entrada E/11470/2018, de 10 de dezembro de 2018, foi esta Câmara Municipal informada, que a inquilina desiste do pedido de transferência habitacional.

Nestes termos, importa proceder à revogação da deliberação de 12 de novembro passado, nos termos dos artigos 165.º, n.º1 e 169.º, n.ºs 1 e 2, do Código do Procedimento Administrativo.

Assim a Câmara Municipal delibera revogar a sua deliberação de 12 de novembro de 2018, relativa à transferência habitacional da inquilina, de acordo com artigos 165.º, n.º1 e 169.º, n.ºs 1 e 2, do Código do Procedimento Administrativo.

Mais delibera, em consequência, revogar a minuta de contrato de arrendamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

63. Transferência habitacional da inquilina da fração sita na Avenida da Liberdade, bloco M, 3ºdto frente para a fração correspondente ao bloco L, 3.º drt frt, Avenida da Liberdade, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.

1313 - Presente informação n.º 3174 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 13 de dezembro de 2018, a propor a transferência habitacional da arrendatária em causa, por motivo de agravamento das condições de habitabilidade.

Considerando que esse agravamento, adveio da passagem da tempestade Leslie, pelo território português, no passado mês de outubro.

Considerando a falta de condições de habitabilidade, devidamente identificadas pelos técnicos que realizaram visita domiciliária, no dia 10 de dezembro de 2018;

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento de atribuição, de gestão e de utilização das habitações sociais do Município da Marinha Grande, a inquilina reúne critérios que lhe conferem o direito à transferência de habitação;

Considerando que existe uma habitação social disponível na Avenida da Liberdade, 3.º Drt Frt do Bloco L e que apresenta todas as condições necessárias de habitabilidade;

Considerando por último, que a inquilina já visitou a habitação anteriormente referida e que inclusivamente manifestou interesse na mesma, ora pelas condições da habitação, ora pela localização geográfica.

Perante a urgência de resposta, somos de propor a transferência deste agregado familiar para a fração correspondente ao 3.º Drt Frt do Bloco L, da Avenida da Liberdade.

Mais se propõe, a aprovação da minuta do contrato de arrendamento.

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e alínea c) do n.º 5 do artigo 16.º- da Lei n.º 81/2014, autorizar a transferência da inquilina, do bloco M, 3.º Dto Frente - Avenida da Liberdade, para a fração correspondente ao bloco L, 3.º Drt Frt - Avenida da Liberdade.

Mais delibera aprovar a presente minuta de contrato de arrendamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

64. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, da inquilina residente na Avenida da Liberdade, bloco M 3.ºesq- Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento mensal corrigido.

1314 - Presente informação n.º 3167 da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, datada de 12 de dezembro de 2018, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= Taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (428,90€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda da inquilina residente na fração identificada em epígrafe, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

MORADORA	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENDA/18	RENDA/19
Avenida da Liberdade	M	3.º ESQ	09/2013	28,86€	31,86€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de fevereiro de 2019.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 13:05 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.